



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO
TRABALHADOR (PPGSAT)
MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO
TRABALHADOR**

ESMERALDA SIMONETE DE ASSUNÇÃO

**AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO PROFISSIONAL DOS AGENTES DE SAÚDE
ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA SAÚDE ESCOLAR DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA-MG**

UBERLÂNDIA

2025

ESMERALDA SIMONETE DE ASSUNÇÃO

**AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO PROFISSIONAL DOS AGENTES DE SAÚDE
ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA SAÚDE ESCOLAR DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA-MG**

Trabalho Equivalente apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva da Universidade Federal de Uberlândia como requisito obrigatório para o Título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saúde do Trabalhador

Orientador: Prof. Dr. João Carlos de Oliveira

UBERLÂNDIA - MG

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da
UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A851	Assunção, Esmeralda Simonete de, 1967-
2025	AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO PROFISSIONAL DOS AGENTES DE SAÚDE ESCOLAR NO CONTEXTO DO PROGRAMA SAÚDE ESCOLAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA-MG [recurso eletrônico] / Esmeralda Simonete de Assunção. - 2025.
<p>Orientador: João Carlos de Oliveira. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Modo de acesso: Internet. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.687 Inclui bibliografia.</p>	
<p>1. Geografia médica. I. Oliveira, João Carlos de, 1960-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. III. Título.</p>	
CDU: 910.1:61	

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 3E, Sala 128 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: 34-3239-4591 - ppgsat@igesc.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional PPGSAT				
Data:	12/12/2025	Hora de início:	14h30	Hora de encerramento:	16h:05
Matrícula do Discente:	12412GST031				
Nome do Discente:	Esmeralda Simonete de Assunção				
Título do Trabalho:	Avaliação da satisfação profissional dos agentes de saúde escolar (ASE'S) no contexto do programa saúde escolar da prefeitura municipal de Uberlândia-MG				
Área de concentração:	Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador				
Linha de pesquisa:	Saúde do Trabalhador				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se em web conferência, em conformidade com a PORTARIA Nº 36, DE 19 DE MARÇO DE 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, assim composta: Professores(as) Doutores(as):

Nome completo	Departamento/Faculdade de origem
Fernanda Afonso Bernardes	Secretaria Municipal de Educação / Prefeitura Municipal de Uberlândia
Karine Rezende de Oliveira	ICENP/UFU
João Carlos de Oliveira (Orientador da candidata)	ESTES/UFU

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. João Carlos de Oliveira apresentou a Comissão Examinadora a candidata, agradeceu a presença do público e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Karine Rezende De Oliveira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 15/12/2025, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos de Oliveira, Usuário Externo**, em 15/12/2025, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Afonso Bernardes, Usuário Externo**, em 15/12/2025, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6939190** e o código CRC **D2C23AAB**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por ter me dado ânimo e saúde necessários, mantendo-me firme e fiel aos meus propósitos nesta caminhada.

Tenho uma enorme gratidão pelo meu Orientador Professor DR. João Carlos de Oliveira pelas contribuições valiosas, seus questionamentos e reflexões que enriqueceram este trabalho e ampliaram meu entendimento sobre o tema.

As participantes da banca examinadora Professora Doutora Karine Rezende de Oliveira, Professora doutora Fernanda Afonso Bernardes por aceitarem participar deste processo. A atenção e o comprometimento com que avaliaram meu trabalho resultaram em um diálogo acadêmico profundo que certamente elevou a qualidade do que produzi.

Sou grata aos professores e colegas do PPGSAT pela troca de conhecimentos e pela amizade ao longo desta caminhada. A convivência acadêmica foi um elemento essencial para o meu crescimento intelectual e profissional.

A minha família merece meus agradecimentos mais sinceros. Agradeço minha filha Izabella Assunção Andreetta e meu esposo José Lucio Gonçalves, pelo apoio incondicional, compreensão e paciência durante os momentos de dificuldade. Sem o suporte emocional e confiança deles, não teria sido possível alcançar essa conquista.

Aos meus amigos, que sempre me apoiaram e me incentivaram, agradeço pelas palavras de encorajamento e pelo apoio nas horas de necessidade. Cada um de vocês foi uma parte importante nessa trajetória.

Agradeço a todos Agentes de Saúde Escolar que desenvolvem um trabalho com muita dedicação junto ao Programa de Saúde escolar.

Por fim, a minha gratidão a todos que direta e indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho. Este trabalho é fruto do esforço coletivo e do apoio contínuo de pessoas especiais que estiveram ao meu lado durante todo este processo.

Esmeralda Simonete de Assunção.

*Dedico este trabalho à minha filha, Izabella, o mais belo e
fundamental projeto de minha vida.*

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

APS - Atenção Primária a Saúde

ASE - Agentes de Saúde Escolar

CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CEP/UFU - Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia

CEREST Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

CNS - Conselho Nacional de Saúde

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

PMU - Prefeitura Municipal de Uberlândia

PNAB - Política Nacional da Atenção Básica

PPPE - Projeto Político Pedagógico das Escolas

PSE - Programa Saúde na Escola

PSF - Programa Saúde da Família

RENAST - Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

ST - Saúde do Trabalhador

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS - Unidades Básicas de Saúde

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Mapa geográfico do município de Uberlândia, evidenciando os setores do município.....24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo biológico dos Agentes da Saúde Escolar do município de Uberlândia – MG, 2025.....	28
Gráfico 2 - Estado Civil dos ASE do município de Uberlândia – MG, 2025.....	29
Gráfico 3 - Escolaridade dos ASE do Município de Uberlândia – MG, 2025.....	29
Gráfico 4 - Renda Familiar Mensal dos ASE do município de Uberlândia – MG, 2025.....	30
Gráfico 6 - Tempo de trabalho no Programa Saúde Escolar, dos ASE do município de Uberlândia – MG, 2025.....	31
Gráfico 7 - Principais fatores para escolha pelo trabalho no setor público de acordo com os ASE do município de Uberlândia – MG, 2025.....	31

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Escala de percepção/satisfação dos Agentes de Saúde Escolar (ASE) sobre condições de trabalho do município de Uberlândia – MG, 2025..... 33

RESUMO

INTRODUÇÃO: O presente estudo investigou como o grau de satisfação dos Agentes de Saúde Escolar (ASE), impacta na saúde, durante o desempenho de suas funções no contexto do Programa Saúde Escolar (PSE) em Uberlândia- (MG). O PSE é uma política interministerial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, com a finalidade de promover a saúde e a educação integral de crianças e adolescentes da rede pública por meio de ações de prevenção, conscientização, promoção e atenção primária. As atividades desenvolvidas pelos ASE envolvem a promoção e prevenção em saúde com crianças e adolescentes da rede de educação pública se configurando como uma estratégia de integração entre os setores de Saúde e Educação para mitigar vulnerabilidades, ampliar o acesso aos serviços de saúde e melhorar a qualidade de vida da comunidade escolar. Este estudo partiu do pressuposto de que a saúde do trabalhador é multifatorial, inserida em contextos históricos, sociais e organizacionais que vão além de uma abordagem biomédica unidimensional.

OBJETIVO: Produzir uma reflexão crítica, embasada em pressupostos científicos, sobre como o grau de satisfação dos Agentes de Saúde Escolar (ASE), impactam na saúde, durante o desempenho de suas funções no contexto do Programa Saúde Escolar (PSE) em Uberlândia- (MG). Tendo como objetivos específicos, o de identificar o perfil sociodemográfico dos ASE; investigar de que forma as condições de trabalho dos ASE podem interferir no grau de satisfação das atividades desenvolvidas; e compreender os impactos do grau de satisfação no trabalho para a saúde desse profissional.

METODOLOGIA: Foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário semiestruturado, disponibilizado virtualmente por meio de um link do *Google Forms* enviado aos participantes da pesquisa. A pesquisa adotou uma análise quantitativa para as respostas relacionadas à caracterização socioeconômica e às percepções dos ASE, com a elaboração de gráficos e tabelas, além do cálculo de médias, porcentagens e frequências. Paralelamente, foi realizada uma análise qualitativa através de uma análise de conteúdo temático para as respostas discursivas e demais informações coletadas nos questionários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O estudo foi conduzido com 31 ASE em exercício, dos quais 21 concordaram em participar, após assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os resultados revelam que, embora a maioria dos ASE iniciasse suas atividades sem problemas de saúde, quase metade relatou adoecimento relacionado ao trabalho. O número elevado de escolas atendidas levantado pelas respostas dos ASE foi indicado como fator de risco. Fatores objetivos (como infraestrutura e remuneração) e subjetivos (como reconhecimento e satisfação) impactam tanto a saúde quanto a satisfação desses profissionais. Apesar das dificuldades, os ASE relataram níveis razoáveis de realização profissional. Esses achados reforçam a necessidade de aprofundar a investigação das relações entre condições de trabalho, saúde e satisfação no contexto do PSE.

CONCLUSÃO GERAL: Identificaram-se fatores como a alta carga de atividades realizadas, infraestrutura inadequada dos locais de trabalho, falta de incentivos e reconhecimento profissional como elementos que afetam sua saúde e satisfação no trabalho. Apesar dessas adversidades, um número considerável de ASE demonstra realização profissional e satisfação com os resultados de suas atividades. Os achados reforçam que tanto as condições objetivas (como estrutura, carga de trabalho, remuneração) quanto às subjetivas (como reconhecimento, relações com a comunidade escolar) influenciam significativamente a satisfação profissional afetando a saúde dos ASE. Assim, é importante a implementação de políticas que valorizem esses profissionais, promova melhorias nas condições de trabalho e fortaleçam o papel dos ASE na integração entre saúde e educação. Por fim, este estudo apontou a necessidade de investigações futuras para aprofundar a correlação entre satisfação no trabalho e saúde dos ASE, de modo a orientar intervenções mais eficazes nesse contexto laboral.

Palavras-chave: Programa de Saúde Escolar. Saúde do trabalhador. Satisfação. Condição de trabalho.

ABSTRACT

INTRODUCTION: This study investigated how the degree of satisfaction of School Health Agents (SHA) impacts health during the performance of their duties in the context of the School Health Program (SHP) in Uberlândia, Minas Gerais. The SHP is an interministerial policy between the Ministries of Health and Education, with the aim of promoting the health and comprehensive education of children and adolescents in the public school system through prevention, awareness, promotion, and primary care actions. The activities developed by SHA focus on health promotion and prevention among children and adolescents in the public education system, serving as a strategy for integration between the health and education sectors to mitigate vulnerabilities, expand access to health services, and improve the quality of life of the school community. This study was based on the assumption that worker health is multifactorial, embedded in historical, social, and organizational contexts that go beyond a one-dimensional biomedical approach.

OBJECTIVE: To produce a critical reflection, based on scientific assumptions, on how the degree of satisfaction of School Health Agents (SHA) impacts health during the performance of their duties in the context of the School Health Program (SHP) in Uberlândia (MG). The specific objectives are to identify the sociodemographic profile of SHA; investigate how SHA working conditions may interfere with their level of satisfaction with the activities performed; and understand the impacts of job satisfaction on the health of these professionals.

METHODOLOGY: A semi-structured questionnaire was used as a research tool, made available online through Google Forms, via a Google Forms link sent to the research participants. The research adopted a quantitative analysis for responses related to socioeconomic characterization and perceptions of SHA, with the preparation of graphs and tables, in addition to the calculation of averages, percentages, and frequencies. At the same time, a thematic content analysis was performed for the discursive responses and other information collected in the questionnaires.

RESULTS: The study was conducted with 31 practicing SHA, of whom 21 agreed to participate after signing an Informed Consent Form (ICF). The results reveal that, although most SHA began their activities without health problems, almost half reported work-related illness. The high number of schools served was indicated as a risk factor. Objective factors (such as infrastructure and remuneration) and subjective factors (such as recognition and satisfaction) impact both the health and satisfaction of these professionals. Despite the difficulties, the SHA reported reasonable levels of professional fulfillment. These findings reinforce the need to further investigate the relationships between working conditions, health, and satisfaction in the context of the SHP.

GENERAL CONCLUSION: Factors such as high caseloads, inadequate infrastructure, lack of incentives, and professional recognition were identified as elements that affect their health and job satisfaction. Despite these adversities, a considerable number of SHA demonstrated professional fulfillment and satisfaction with the results of their activities. The findings reinforce that both objective conditions (such as structure, workload, remuneration) and subjective conditions (such as recognition, relationships with the school community) significantly influence the health and well-being of workers. Thus, it is urgent to implement policies that value these professionals, promote improvements in working conditions, and strengthen the role of SHA in the integration of health and education. Finally, this study points to the need for future research to further investigate the correlation between job satisfaction and SHA health in order to guide more effective interventions in this work context.

Keywords: School Health Program; Worker health; Satisfaction; Working condition

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	15
2 - Objetivos	19
2.1 Geral	19
2.2 Específicos.....	19
3 - METODOLOGIA	20
4 - RESULTADOS.....	22
4.1. Produto 1 - Artigo 1.....	22
4.2 Produto 2 - Artigo 2.....	42
5- CONCLUSÃO GERAL	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO AGENTES DE SAÚDE ESCOLAR (ASE)	69
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	73
ANEXO I – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS	75
ANEXO II – E-MAIL DE ACEITE DO ARTIGO PARA PUBLICAÇÃO PELA EDITORA E-PUBLICAR	82
ANEXO III – CARTA DE ACEITE PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGO NA REVISTA FT	83

1 – INTRODUÇÃO

O Programa Saúde na Escola, atualmente denominado Programa Saúde Escolar (PSE) foi instituído pelo Decreto n. 6.286, de 05 de dezembro de 2007, integrando os Ministérios da Saúde e Educação, objetivando corroborar a formação integral das crianças e adolescentes da rede pública de ensino, através de ações de prevenção, conscientização, promoção e atenção primária à saúde. O Programa aproxima as áreas de Saúde e Educação, buscando mitigar vulnerabilidades, ampliar o acesso aos serviços de saúde, e melhoria da qualidade de vida em geral (Brasil, 2007).

A intersetorialidade é aspecto inerente à implementação do PSE, e demanda mais do que ofertas de serviços combinados de educação e saúde em um mesmo território. Deve também, considerar como os serviços se relacionam, como as atribuições e responsabilidades são divididas, como são articuladas as diferentes equipes e serviços, e qual o modelo de atenção deve ser dispensado à comunidade escolar; e o modelo de gestão a ser priorizado (Brasil, 2023).

O trabalho dos ASE torna-se especialmente complexo na medida em que os referidos trabalhadores são agentes, portanto, promovem ações em saúde, mas estão também sujeitos ao adoecimento, desgaste, impactos na saúde mental. Este seria um aspecto do trabalho em saúde de modo geral, inerente à atuação de agentes comunitários, médicos, enfermeiros etc. pelas complexas relações entre objeto, instrumento e produto, que surgem das demandas cotidianas (Merhy, 2007).

O Programa Saúde Escolar (PSE) da Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG desempenha um papel fundamental na promoção da saúde dos estudantes, atuando em ações preventivas e educativas, como aferição de medidas antropométricas, incentivo à vacinação e orientação sobre hábitos saudáveis e prevenção de doenças. Este programa busca garantir condições adequadas para o desenvolvimento físico e mental das crianças, através de atividades que envolvem tanto os estudantes quanto a comunidade escolar. No entanto, os Agentes de Saúde Escolar (ASE) enfrentam diversos desafios em sua atuação, como a resistência dos estudantes à adoção de hábitos saudáveis, dificuldades com a escassez de recursos financeiros e materiais, e a necessidade de lidar com situações delicadas, como casos de violência sofridos pelos estudantes (Franco, 2017).

A relação entre ASE e comunidade escolar é um fator crucial para o sucesso do PSE. Para o desenvolvimento eficaz de suas atividades, é essencial que os ASE estabeleçam uma relação de confiança com os estudantes, professores e demais membros da escola, promovendo a saúde de maneira integrada e colaborativa (Chaves, 2020). Com uma idade média de

aposentadoria de 55 anos e uma média de 30 anos de serviço, os ASE demonstram um grande comprometimento com a saúde pública (Franco, 2017; Silva, 2018). Sua formação inclui áreas como saúde pública, epidemiologia e educação em saúde, capacitando-os a entender os determinantes sociais da saúde e a aplicar estratégias educativas eficazes nas escolas (Pereira; Bandeira, 2022).

As motivações para ingressar no PSE muitas vezes envolvem o desejo de contribuir para a saúde e o bem-estar das crianças e adolescentes, promovendo ações que visam prevenir doenças e melhorar o desenvolvimento saudável. A atuação dos ASE tem gerado resultados positivos, como a redução de doenças contagiosas e a melhoria das condições sanitárias nas escolas, além de fortalecer a conscientização sobre hábitos saudáveis e cuidados preventivos (Marra, 2019).

A atuação dos ASE no PSE promove a integração entre saúde e educação, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. Apesar da relevância desse papel, as condições de trabalho desses profissionais frequentemente são marcadas por desafios como sobrecarga, falta de recursos adequados e apoio institucional limitado, o que pode impactar tanto a qualidade das ações realizadas quanto a saúde e o bem-estar dos próprios ASE.

De acordo com Corrêa (2024), o Artigo 196 da Constituição Federal de 1988, estabelece

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, art. 196).

Essa compreensão ampla da saúde engloba a Saúde no Trabalho, visto que o ambiente laboral pode estar associado a fatores positivos (como satisfação e remuneração), quanto agravos (como frustração por não reconhecimento profissional), que interferem diretamente na qualidade de vida e na saúde integral dos trabalhadores (Corrêa, 2024). A atenção à Saúde do Trabalho, portanto, corrobora o princípio da universalidade e da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS), como também é defendido por Salanova, Garcia e Peiró (1996).

De acordo com Souza *et al.* (2017), o campo conceitual e teórico da Saúde do Trabalhador fundamenta-se em contribuições da Saúde Coletiva, da Medicina Social Latino-Americana e das concepções marxistas de trabalho e relações de produção. Conforme autores como Laurell e Noriega (1989), Lacaz (1996), Minayo (2021) e Thedim-Costa (1997), essa abordagem proporciona uma compreensão ampla das situações de agravo à saúde dos trabalhadores.

Saúde do Trabalhador considera tanto os elementos objetivos que podem ser fatores de desgaste e risco quanto às questões subjetivas relacionadas aos vários fatores envolvidos nas relações de trabalho (Minayo, 2021). O presente estudo adota a abordagem qualitativa, permitindo investigar grupos humanos considerando o contexto de trabalho e de vida em geral. Segundo Minayo (2014), é essencial observar as relações interpessoais, o relacionamento dessas pessoas com as instituições, suas histórias e construções simbólicas.

Minayo e Lacaz (2005) destacam a 1^a Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores (CNST) como um marco nas discussões sobre o tema. Contudo, passados cerca de 20 anos do evento, ainda não havia sido efetivamente implantada uma Política Nacional de Saúde do Trabalhador. Fatores como deficiências na consolidação de políticas públicas, baixo alcance da segurança e proteção social, fragmentação do sistema e impactos das mudanças nas dinâmicas produtivas e relações de trabalho são apontados como entraves. Desde os anos 1970, a precarização, e intensificação do trabalho e a informalidade, entre outros fatores, influenciaram o campo da Saúde do Trabalhador e a produção científica relacionada.

Nesse contexto, o setor público apresenta especificidades importantes. A imagem dos servidores públicos muitas vezes é alvo de estigmatização, como as que os associam à ineficiência e à corrupção. Essa percepção, amplamente difundida em meios de comunicação e no senso comum, reflete um histórico que remonta à formação do Estado brasileiro. Desde o período colonial, os servidores eram vistos como representantes de interesses alheios à população local, e essa visão persiste em diferentes formas ao longo da história (Fernando, 2006). Representações culturais, como obras literárias, músicas e programas televisivos, reforçam imagens estereotipadas dos servidores públicos, oscilando entre a crítica à ineficiência e a exaltação de comportamentos idealizados, como o do servidor íntegro e comprometido (Fernando, 2006).

Silva e Stefanini (2013) apontam que a motivação no serviço público no Brasil é baixa, mesmo com a estabilidade. Para Bergue (2014), a gestão de pessoas deve considerar as expectativas individuais, embora isso seja mais desafiador no setor público devido à rigidez nas atribuições e às poucas possibilidades de gratificações financeiras. Dejours (1992; 2004) ressalta que a organização do trabalho pode gerar sofrimento psíquico, em função do choque entre os desejos pessoais e as condições impostas pela organização.

A saúde do trabalhador é um campo de estudo interdisciplinar que aborda as condições laborais, seus determinantes e impactos na saúde física e mental dos profissionais (Gomez; Vasconcellos; Machado, 2018). No contexto escolar, especialmente entre os ASE, as condições de trabalho estão intimamente ligadas às demandas sociais e às políticas públicas de saúde e

educação. Esses profissionais enfrentam desafios que vão desde a sobrecarga de trabalho até a falta de recursos adequados para o desempenho de suas funções (Silva; Bandeira, 2022).

Programas intersetoriais como o Programa Saúde na Escola (PSE) têm buscado promover a saúde dos estudantes e da comunidade escolar. No entanto, estudos recentes apontam que a precariedade das condições de trabalho desses servidores e compromete a eficácia dessas ações e contribui para o desgaste físico e mental desses profissionais (Ferreira; Almeida, 2021).

Estudos sobre realização no trabalho, como os de Siqueira (2008), indicam que esse conceito está relacionado à percepção de bem-estar no ambiente organizacional. Locke (1969) definiu satisfação no trabalho como um estado emocional positivo resultante da avaliação que o indivíduo faz de seu ambiente laboral. Mais recentemente, Cardoso e Morgado (2019) destacaram que, no setor público brasileiro, a realização está associada a fatores como reconhecimento profissional, estabilidade no emprego e condições adequadas de trabalho.

Para os ASE, que desempenham papéis fundamentais na promoção da saúde escolar, a motivação e o prazer no trabalho são influenciados pela valorização profissional e pela disponibilidade de recursos adequados (Silva *et al.*, 2019). Além disso, a percepção de utilidade social do trabalho tem sido um fator motivador importante, especialmente em programas voltados para a saúde pública (Oliveira; Lima, 2020).

Ainda assim, trabalhadores reconhecem aspectos positivos, como afinidade com a profissão, satisfação do usuário e trabalho em equipe (Faitão e Pinheiro, 2012; Fontana e Oliveira, 2017; Machado, 2019).

Conforme Dejours (2004), a psicodinâmica do trabalho investiga a relação entre o sujeito e a organização do trabalho, enfatizando os impactos das condições laborais no bem-estar psicológico. Recentemente, estudos têm mostrado que os trabalhadores do setor público, como os ASE, frequentemente enfrentam sofrimento mental devido à rigidez organizacional, falta de reconhecimento e demandas emocionais elevadas (Lancman; Jardim, 2020). Essa perspectiva é complementada por Siqueira (2021), que ressalta a importância de intervenções organizacionais voltadas para a promoção da saúde mental no ambiente de trabalho. A criação de espaços para diálogo e suporte emocional é uma estratégia eficaz para reduzir o sofrimento psíquico e aumentar o engajamento dos trabalhadores.

O PSE, presente em vários municípios, promove uma cultura de cuidado com a saúde entre jovens, com impacto para a vida adulta (Pereira e Bandeira, 2022). A formação e capacitação dos ASE são fundamentais, garantindo conhecimento atualizado em temas de saúde e habilidades para lidar com situações emergenciais ou específicas (Marra, 2019). De acordo

com Oliveira e Silva (2012), embora as organizações enfrentem desafios para motivar e valorizar seus profissionais, estratégias voltadas à gratificação dos trabalhadores podem promover saúde e bem-estar no ambiente laboral. Siqueira (2008) destaca que a satisfação no trabalho reflete o alinhamento entre os valores individuais e a atividade realizada, contribuindo para estados emocionais positivos e para melhores resultados organizacionais.

O objetivo da presente pesquisa é promover uma reflexão crítica, embasada em pressupostos científicos, sobre as estratégias adotadas para fortalecer o Programa Saúde na escola (PSE), promovendo um ambiente de trabalho mais satisfatório e sustentável para os Agentes de Saúde Escolar (ASE). Assim, espera-se que os achados desta pesquisa subsídien a formulação de políticas públicas mais eficazes no campo da saúde do trabalhador e da educação.

O presente trabalho enquadra-se na linha de pesquisa da Saúde do Trabalhador, uma vez que investiga o grau de satisfação dos ASE. A Saúde do Trabalhador é um campo de estudos amplo e intrinsecamente interdisciplinar, envolvendo conhecimentos das Ciências Médicas e das Ciências Humanas (Gomez; Vasconcellos; Machado, 2018). Trata-se também de um campo dinâmico, que busca acompanhar as mudanças no mundo do trabalho e nas concepções de saúde-doença, frequentemente refletindo o contexto cultural, econômico e social de cada época e espaço.

Diante do exposto, reforça-se a importância de melhorar as condições de trabalho dos servidores públicos, não apenas para a saúde e satisfação dos próprios trabalhadores, mas também para a qualificação dos serviços prestados à população. Atribuir significado e valor à atividade laboral é um processo que perpassa as dimensões individual, grupal e social, envolvendo sentimentos de realização, pertencimento e contribuição para a sociedade (Faitão e Pinheiro, 2012). Esse aspecto é particularmente relevante no caso dos ASE, cuja atuação no Programa Saúde Escolar tem o potencial de impactar positivamente as comunidades atendidas, promovendo saúde e bem-estar de forma abrangente.

2 - Objetivos

2.1 Geral

Compreender o grau de satisfação dos Agentes de Saúde Escolar (ASE) durante o desempenho de suas funções no contexto do PSE, no município de Uberlândia -MG.

2.2 Específicos

- Identificar o perfil sociodemográfico dos ASE atuantes no PSE no município de Uberlândia;

- Investigar de que forma as condições de trabalho podem interferir no grau de satisfação dos ASE do PSE de Uberlândia-MG;
- Compreender os impactos do grau de satisfação no trabalho para a saúde dos ASE do PSE de Uberlândia -MG;

3 - METODOLOGIA

O estudo foi realizado no âmbito do Programa Saúde na Escola da Prefeitura de Uberlândia-MG, da Secretaria Municipal de Saúde, com foco nos Agentes de Saúde Escolar (ASE) ativos convidados a participarem da pesquisa.

A amostragem não foi probabilística por conveniência. Quando da elaboração do projeto de pesquisa, considerava-se um universo estimado de 42 agentes de saúde escolar, a amostra prevista seria de aproximadamente 34 participantes, com base em cálculo amostral para 95% de confiança e 5% de erro amostral.

Contudo, entre a elaboração do projeto e o início da aplicação efetiva dos questionários, houve aposentadoria de parte dos ASE, de forma que havia 31 agentes em atividade. Dos 31 agentes em atividade, 21 responderam ao questionário.

Dos ASE convidados para pesquisa, 9 não aceitaram participar. 21 efetivamente responderam à pesquisa.

Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas com seres humanos da Universidade Federal de Uberlândia¹, procedeu-se a coleta de dados o contato com os ASE e envio dos questionários virtualmente. Optou-se por questionários virtuais por serem de mais rápido preenchimento. Distribuídos os questionários, acompanhados do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com prazo entre 05 de junho de 2025 e 30 de junho de 2025 para respostas.

Os participantes foram questionados sobre aspectos sociodemográficos, características da execução do trabalho. O link para acesso ao questionário semiestruturado foi enviado pela coordenação do PSE por e-mail a todos agentes de saúde escolar que atuam nas escolas do município de Uberlândia, sendo que os agentes de saúde escolar que aceitassem participar da pesquisa eram direcionados ao link de acesso aos questionários.

¹ A pesquisa foi desenvolvida mediante aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Uberlândia (CEP/UFU), sob CAAE: 87317725.9.0000.5152, número do parecer 7.560.359, seguindo os preceitos da resolução 466 de 2012 e 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

O participante foi direcionado para a página contendo o termo de Consentimento Livre e Esclarecido e só iniciaria o questionário após clicar aceitando participar. Caso não concordasse em participar, bastaria fechar a página do navegador.

A partir das respostas obtidas, foi possível organizar gráficos, com uso de Planilhas do Google, bem como tabelas e quadros. A discussão foi desenvolvida à luz da bibliografia consultada, o que permitiu aprofundar a compreensão dos processos de trabalho dos ASE, impactos sobre a saúde do trabalhador, e sobre a satisfação no trabalho.

A população foi composta pelos ASE do município de Uberlândia para analisar o grau satisfação deles com a atividade laboral, quais fatores interfere na satisfação ao desempenhar suas atividades. A amostragem foi não probabilística por conveniência definida com base no ASE, os que se interessarem a participar da pesquisa.

Os critérios de inclusão e exclusão para a pesquisa foram definidos com base na participação voluntária e no aceite formal do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram incluídos no estudo os trabalhadores do Programa Saúde Escolar (PSE) que atuam como Agentes de Saúde Escolar (ASE) em escolas do município de Uberlândia-MG e que assinaram o TCLE. Por outro lado, foram excluídos da pesquisa os ASE que não concordaram em participar e não assinaram o referido termo.

A presente pesquisa não apresentou riscos físicos, biológicos ou bioquímicos para os voluntários, uma vez que grande parte de suas etapas foram realizadas remotamente. Os riscos consistiam na possível identificação dos participantes. Porém, os pesquisadores se comprometeram a não divulgar dados que possam servir como identificação. Os resultados da pesquisa foram divulgados de forma coletiva. Os pesquisadores foram os únicos a terem acesso aos dados e tomaram todas às providências necessárias para manter o sigilo.

Os benefícios que foram alcançados incluíram a possibilidade de fornecer base para o desenvolvimento de propostas que visaram melhorar a satisfação no trabalho dos agentes de saúde escolar, contribuindo para a saúde e o bem-estar desses profissionais. O ponto de partida consistiu em identificar as variáveis que influenciaram na satisfação no trabalho e o impacto que isso pode teria na saúde desses trabalhadores.

Os resultados da pesquisa foram organizados de forma sistemática, garantindo clareza e objetividade na apresentação dos dados. Foram destacados os principais achados, acompanhados de análises e interpretações que permitam compreender os aspectos investigados. Além disso, foram apresentadas conclusões baseadas nas evidências coletadas, acompanhadas de sugestões que contribuem para possíveis melhorias ou aprofundamentos no tema estudado, sendo escrito dois artigos 1 e 2 a respeito.

As análises apresentadas nos Artigos 1 e 2, tratam- se de um estudo quantitativo e qualitativo respectivamente, permitindo descrever condições de trabalho, saúde, bem-estar e o grau de satisfação na execução das atividades nas escolas municipais. Além disso, buscam compreender os sujeitos em seus contextos, suas relações interpessoais e institucionais, suas histórias e a produção de sentidos, símbolos e significados (Minayo, 2014).

A abordagem quantitativa apresentada no Artigo 1, foi utilizada para analisar as respostas referentes aos aspectos socioeconômicos e demográficos dos questionários (Apêndice A), demonstrando os resultados por meio de dados numéricos (Gerhardt & Silveira, 2009). Para mensurar opiniões, percepções e tendências, a segunda parte do questionário empregou-se a Escala de Likert, considerada uma ferramenta confiável. Além disso, foi utilizada uma escala visual analógica (0 a 5) para registrar, com maior sensibilidade, mudanças na intensidade das percepções dos participantes (Streiner, Norman & Cairney, 2015; Silva et al., 2019; Silva Jr. & Costa, 2014; Nahas, 2009). Os trabalhadores avaliaram diferentes situações com as seguintes opções: 1 ("discordo plenamente"), 2 ("discordo"), 3 ("nem concordo nem discordo"), 4 ("concordo") e 5 ("concordo totalmente").

Já a análise qualitativa apresentada no Artigo 2, foi aplicada às respostas dissertativas da seção 03 do questionário, abordando um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, conhecimentos e valores. Esses aspectos estão intrinsecamente ligados às relações, fenômenos e processos que não podem ser quantificados. Para as respostas abertas, foi utilizada a análise de conteúdo temático, um método indicado para pesquisas qualitativas, especialmente no campo da saúde. Esse método busca identificar os núcleos de sentido que emergem da comunicação dos participantes (Minayo, 2014).

4 - RESULTADOS

O artigo 1. foi escrito de acordo com as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas – e exigências específicas da editora E-publicar, para futura publicação na forma de capítulo de livro.

O artigo 2 também foi formatado conforme normas da ABNT, que são o parâmetro da Revista FT.

4.1. Produto 1 - Artigo 1

AGENTES DE SAÚDE ESCOLAR EM UBERLÂNDIA-MG: CONDIÇÕES DE TRABALHO, BEM-ESTAR E SATISFAÇÃO PROFISSIONAL²

² O presente trabalho foi aprovado para publicação, na forma de capítulo de livro, pela Editora E-publicar, DOI: 10.47402, hospedada no site www.editorapublicar.com.br.

Esmeralda Simonete de Assunção
 Mestranda do Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
 Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva
 Universidade Federal de Uberlândia.
 Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 3 E – Sala 128
 Uberlândia-MG.
 E-mail: esmeadv@hotmail.com
 Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0428793647743400>

João Carlos de Oliveira
 Doutor em Geografia, Prof Titular da Escola Técnica de Saúde e do Mestrado
 Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
 Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva
 Universidade Federal de Uberlândia.
 Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 3 E – Sala 128
 Uberlândia-MG.
 E-mail: oliveirajotaufuestes@gmail.com
 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8306771766190744>

Resumo

O presente artigo apresenta as percepções sobre as condições de trabalho dos Agentes de Saúde Escolar (ASE), como impactam na saúde e no grau de satisfação dos mesmos no desempenho de suas funções. Com base em pesquisa quantitativa, foram aplicados questionários a todos os profissionais atuantes no programa, obtendo-se 21 respostas válidas. Os resultados evidenciam o perfil sociodemográfico, o nível de formação, as percepções sobre valorização profissional, condições laborais e impactos na saúde. A análise dos gráficos demonstra uma predominância feminina, média de idade de 52,8 anos e elevado grau de escolaridade, com 90,5% possuindo pós-graduação. Apesar da alta qualificação, observou-se insatisfação em relação à remuneração e à ausência de plano de carreira, além da incidência de adoecimento relacionado ao trabalho. Conclui-se que os ASE apresentam forte vínculo vocacional e senso de pertencimento, mas enfrentam limitações estruturais e institucionais que comprometem sua plena satisfação e bem-estar.

Palavras-chave: Programa Saúde Escolar, Agente de Saúde Escolar, Serviço Público, Satisfação Profissional.

Introdução

O Programa Saúde na Escola, atualmente denominado Programa Saúde Escolar (PSE) foi instituído pelo Decreto n. 6.286, de 05 de dezembro de 2007, integrando os Ministérios da Saúde e Educação, objetivando corroborar a formação integral das crianças e adolescentes da rede pública de ensino, através de ações de prevenção, conscientização, promoção e atenção primária à saúde. O Programa aproxima as áreas de Saúde e Educação, buscando mitigar vulnerabilidades, ampliar o acesso aos serviços de saúde, e melhoria da qualidade de vida em geral (Brasil, 2007).

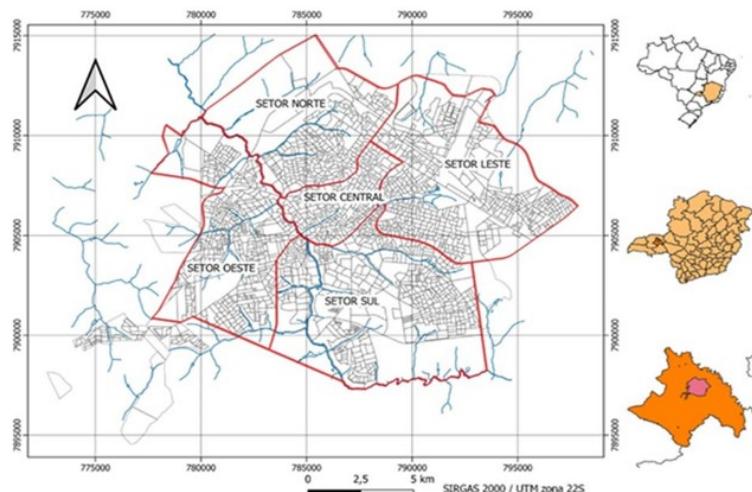
A intersetorialidade é aspecto inerente à implementação do PSE, e demanda mais do que ofertas de serviços combinados de educação e saúde em um mesmo território. Deve

também, considerar como os serviços se relacionam, como as atribuições e responsabilidades são divididas, como são articuladas as diferentes equipes e serviços, e qual o modelo de atenção deve ser dispensado à comunidade escolar; e o modelo de gestão a ser priorizado (Brasil, 2023).

O trabalho dos ASE torna-se especialmente complexo na medida em que os referidos trabalhadores são agentes, portanto, promovem ações em saúde, mas estão também sujeitos ao adoecimento, desgaste, impactos na saúde mental. Este seria um aspecto do trabalho em saúde de modo geral, inerente à atuação de agentes comunitários, médicos, enfermeiros etc. pelas complexas relações entre objeto, instrumento e produto, que surgem das demandas cotidianas (Merhy, 2007).

O estudo foi conduzido na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. O município de Uberlândia está situado na região do Triângulo Mineiro, a oeste do estado de Minas Gerais, entre os rios Grande e Paranaíba, ambos afluentes do Rio Paraná (Figura 1). Com área total de aproximadamente 4.115,206 km², sendo 135 km² de zona urbana e 3.980 km² de zona rural, Uberlândia é o segundo maior e mais habitado município do estado, com uma população estimada em 754.954 habitantes e densidade demográfica de 183,46 habitantes por km² (IBGE, 2023).

Figura 1 - Mapa geográfico do município de Uberlândia, evidenciando os setores do município, Uberlândia, Minas Gerais, 2025. Fonte: Faria, 2022.



Gerais, 2025. Fonte: Faria, 2022.

O estudo foi realizado junto aos ASE que atuam no município de Uberlândia, por meio da Secretaria de Saúde. No contexto do Programa Saúde Escolar da Prefeitura Municipal de Uberlândia, os ASE desempenham suas funções em escolas municipais da cidade, desenvolvendo atividades em 14 temáticas prioritárias. São elas: Saúde ambiental; Saúde ocular; Saúde auditiva; Atualização vacinal; Saúde bucal; Saúde sexual e reprodutiva; Prevenção das violências e dos acidentes; Promoção da cultura de paz e dos direitos humanos; Promoção da atividade física; Prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; Alimentação saudável e prevenção da obesidade; Prevenção de doenças negligenciadas; Prevenção à Covid-19; Saúde mental (PMU, 2025).

Entre as principais áreas de atuação do PSE em Uberlândia estão a de saúde ocular, a promoção da alimentação saudável, a prevenção ao *Aedes aegypti*, e a conscientização sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas.

Importante destacar que, esse processo de conscientização, de acordo com Freire (1970), é um conceito central que exige a dupla percepção da sua realização com a humanização, demandando o entendimento da historicidade das relações humanas. Isso se manifesta em um movimento dialético entre teoria e prática, marcado por avanços, retrocessos, conflitos e disputas, que resulta em uma *práxis* caracterizada pela sua dimensão reflexiva, processual e dinâmica, sendo fundamentalmente inacabada por refletir essência do “ser mais” do indivíduo (Freire *apud*. Martins e Souza, 2022).

Metodologia

Tratou-se de um estudo quantitativo, permitindo descrever condições de trabalho, saúde, bem-estar e o grau de satisfação realização das atividades laborais.

Foi elaborado e aplicado, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas com seres humanos da Universidade Federal de Uberlândia³, um questionário semiestruturado para investigação do perfil sociodemográfico e características da execução do trabalho, disponibilizado virtualmente pelo *Google Forms*, para coleta de dados, (Apêndice A).

Sendo um questionário eletrônico e sem possibilidade de assinatura física, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi obtido pelo pesquisador, por meio do *link* de acesso à pesquisa que no momento do click trazia a opção: “Li e concordo em participar da

³ A pesquisa foi desenvolvida mediante aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Uberlândia (CEP/UFU), sob CAAE: 87317725.9.0000.5152, número do parecer 7.560.359, seguindo os preceitos da resolução 466 de 2012 e 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador”.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Uberlândia, quando da realização da pesquisa, havia 31 agentes de saúde escolar em efetivo exercício no Programa Saúde Escolar, de forma de 21 deles consentiram em participar da pesquisa mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Uberlândia, 2025).

A abordagem quantitativa foi utilizada para analisar as respostas referentes aos aspectos sociodemográficos dos questionários, demonstrando os resultados por meio de dados numéricos (Gerhardt & Silveira, 2009). Para analisar opiniões, percepções e tendências, a segunda parte do questionário empregou a Escala de Likert, considerada uma ferramenta confiável, com variáveis de 1 a 5 para registrar, com maior sensibilidade, mudanças na intensidade das percepções dos participantes (Streiner, Norman & Cairney, 2015; Silva et al., 2019; Silva Jr. & Costa, 2014; Nahas, 2009). Os trabalhadores avaliaram diferentes afirmações com as seguintes opções: 1 ("discordo plenamente"), 2 ("discordo"), 3 ("nem concordo nem discordo"), 4 ("concordo") e 5 ("concordo totalmente").

O estudo foi realizado com foco nos Agentes de Saúde Escolar (ASE) ativos convidados a participarem da pesquisa entre 05 de junho e 30 de junho de 2025.

O link para acesso ao questionário semiestruturado foi enviado via e-mails funcionais dos agentes de saúde escolar que atuam nas escolas do município de Uberlândia.

Os critérios de inclusão e exclusão para a pesquisa foram definidos com base na participação voluntária e no aceite formal do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram incluídos no estudo os trabalhadores do Programa Saúde Escolar (PSE) que atuam como Agentes de Saúde Escolar (ASE) em escolas do município de Uberlândia-MG e que assinaram o TCLE. Por outro lado, foram excluídos da pesquisa os ASE que não concordaram em participar e não assinaram o referido termo.

A presente pesquisa não apresentou riscos físicos, biológicos ou bioquímicos para os voluntários, uma vez que grande parte de suas etapas foram realizadas remotamente. Os riscos consistiam na possível identificação dos participantes. Porém, os pesquisadores se comprometeram a não divulgar dados que possam servir como identificação. Os resultados da pesquisa foram divulgados de forma coletiva. Os pesquisadores foram os únicos a terem acesso aos dados e tomaram todas às providencias necessárias para manter o sigilo.

Os benefícios que foram alcançados incluíram a possibilidade de fornecer base para o desenvolvimento de propostas que visaram melhorar a satisfação no trabalho dos agentes de saúde escolar, contribuindo para a saúde e o bem-estar desses profissionais. O ponto de partida

consistiu em identificar as variáveis que influenciaram na satisfação no trabalho e o impacto que isso pode teria na saúde desses trabalhadores.

Referencial Teórico

A bibliografia consultada reconhece recorrentemente a importância e o potencial do Programa Saúde Escolar para a promoção da educação em saúde e adoção de bons hábitos para crianças e adolescentes (DallaCosta, 2022; Pereira, Bandeira, 2022; Creazzo et. al. 2023; Assaife et. al. 2024; Silva et. al. 2025). Contudo, são trabalhos mais voltados para uma avaliação dos resultados do Programa Saúde Escolar em diferentes regiões e/ou municípios, e não aprofundam na discussão sobre saúde dos trabalhadores do programa, ou mesmo sobre satisfação no trabalho.

Assumindo que a presente pesquisa tem como objetivo analisar como as condições de trabalho e o grau de satisfação dos Agentes de Saúde Escolar (ASE), impactam na saúde e satisfação deles no desempenho de suas funções, se propõe a investigar impactos sobre a saúde do trabalhador inerentes às atividades dos ASE, e que a satisfação no trabalho é uma variável considerada para tal, partindo de um pressuposto de saúde multicausal. Portanto, supera-se as concepções de saúde focadas apenas na epidemiologia, ou mesmo da Saúde Ocupacional, focada na prevenção de acidentes e no interesse patronal. A compreensão dos impactos da saúde dos trabalhadores deve considerar, portanto, o contexto histórico, aspectos objetivos e a própria subjetividade.

De acordo com Santos (2021), o ambiente de trabalho tem a capacidade de influenciar na saúde física e mental, na segurança e nas relações interpessoais dos trabalhadores, podendo gerar satisfação ou insatisfação. Os resultados dessa influência podem ser observados em aspectos como produtividade, comprometimento, absenteísmo, rotatividade, saúde, bem-estar etc.

Salanova, Gracia e Peiró (1996) destacaram onze funções positivas que podem promover o trabalho de uma pessoa. A função integrativa, a de proporcionar status e prestígio social, fonte de identidade pessoal, a função econômica, fonte de oportunidades para integração e contatos sociais, a função de estruturar o tempo, função de manter o indivíduo sob uma função mais ou menos obrigatória, função de ser uma fonte de oportunidades para desenvolver habilidades e competências, de transmitir normas, crenças e expectativas sociais, de proporcionar poder e controle e, por último, função de comodidade.

A maioria das funções do trabalho analisadas, segundo os autores, compartilha um caráter ou valor positivo (por exemplo, autorrealização, contatos interpessoais, fonte de identidade, etc.). No entanto, o trabalho também pode ser disfuncional para um indivíduo,

dependendo de suas características específicas: “*Cuando el Trabajo es repetitivo, deshumanizante, humillante, monótono no potencia la autonomía, puede ser disfuncional para la persona e conllevar consecuencias negativas para la misma.*” (Salanova, Gracia e Peiró, 1996, p.41).

A saúde do trabalhador, como apontam Gomez, et.al. (2018, s/p),

configura-se como um campo de práticas e de conhecimentos estratégicos interdisciplinares - técnicos, sociais, políticos, humanos -, multiprofissionais e interinstitucionais, voltados para analisar e intervir nas relações de trabalho que provocam doenças e agravos. Seus marcos referenciais são os da Saúde Coletiva, ou seja, a promoção, a prevenção e a vigilância.

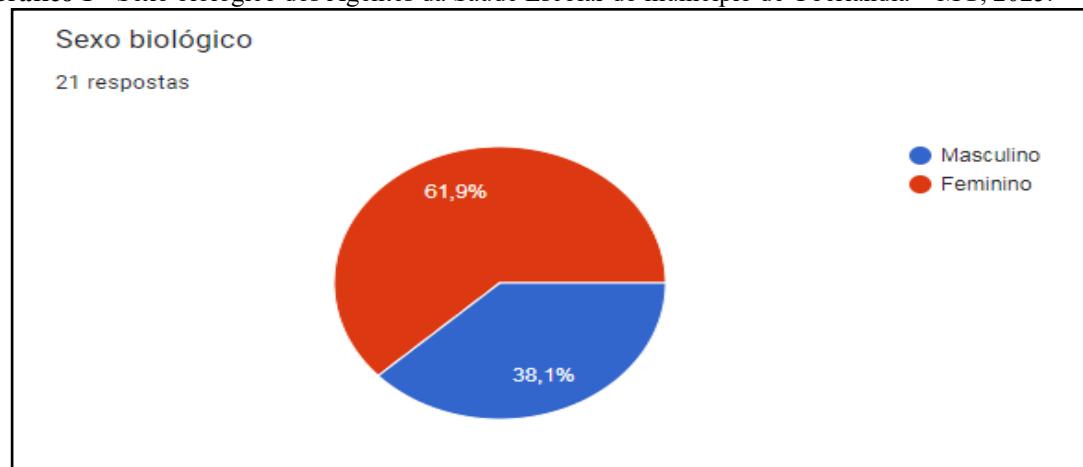
Os estudos atuais sobre o tema advêm da Saúde Coletiva, com origens no movimento da Medicina Social latino-americana, com influência da experiência operária italiana. Eles explicam que os avanços teórico-científicos da década de 1960 e 1970 possibilitaram um aprimoramento dos conceitos de saúde e adoecimento, com ênfase notável na relação saúde-trabalho (Corrêa, 2024).

A análise bibliográfica demonstra uma lacuna significativa: o foco predominante na avaliação dos resultados do programa na comunidade escolar ofusca a discussão essencial sobre a saúde e a satisfação no trabalho, especialmente os ASE. O presente estudo buscou preencher essa lacuna ao investigar os impactos multicausais do trabalho dos ASE em sua saúde, superando visões restritas à epidemiologia ou à Saúde ocupacional patronal.

Resultados e discussão

A primeira seção do questionário, “Questionário Socioeconômico”, encaminhado, aos ASE da Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG tinha por objetivo identificar características sociodemográficas desta categoria profissional no referido município. Em relação ao Sexo biológico, percebe-se a predominância 61,9% de agentes do sexo feminino (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Sexo biológico dos Agentes da Saúde Escolar do município de Uberlândia – MG, 2025.



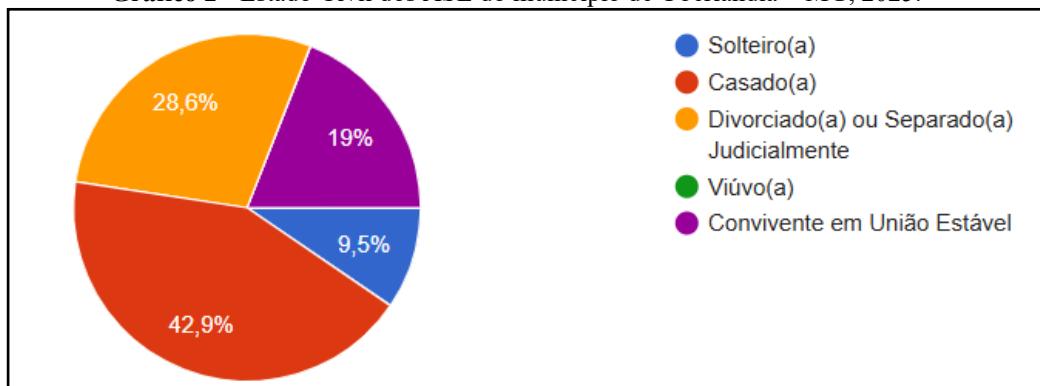
Fonte: Dados da pesquisa (2025).
Organização: Assunção, E. S. de, 2025.

Em estudo sobre perfil sociodemográfico dos trabalhadores da atenção primária à saúde, nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, publicado em 2008, com amostra de 4.749 trabalhadores, verificou-se que 3.790 (81%) trabalhadores eram do sexo feminino e 885 (19%) do sexo masculino, sugerindo uma predominância do sexo feminino na atenção básica (Tomasi, 2008).

Para cálculo da idade média dos ASE envolvidos na pesquisa, duas respostas foram desconsideradas, uma vez que, dois participantes selecionaram incorretamente o ano de nascimento como sendo 2025. A idade média dos 19 demais participantes da pesquisa, foi de 52,8 anos, de forma que 14 deles já haviam ultrapassado os 50 anos de idade, aproximando-se, portanto, das idades mínimas para aposentadoria.

No quesito estado civil, 42,9 % dos(as) participantes se declaravam casados (as) no ato da pesquisa, seguidos daqueles que afirmaram estar divorciados/separados (Gráfico 2).

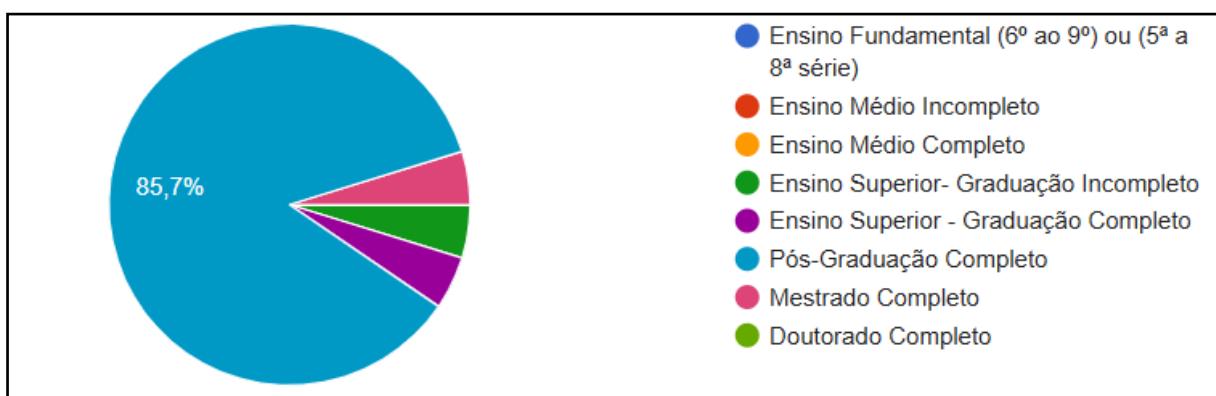
Gráfico 2 - Estado Civil dos ASE do município de Uberlândia – MG, 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).
Organização: Assunção, E. S. de, 2025.

De um total de 21 voluntários que responderam ao questionário, apenas um não tinha filhos (as). A maioria dos participantes tinha, na ocasião da pesquisa, 2 filhos, situação de 12 (57,1%) deles, outros 7 (33,3%) tinham 1 filho, e apenas 1 (4,8%) tinha 3 filhos (as).

Gráfico 3 - Escolaridade dos ASE do Município de Uberlândia – MG, 2025.



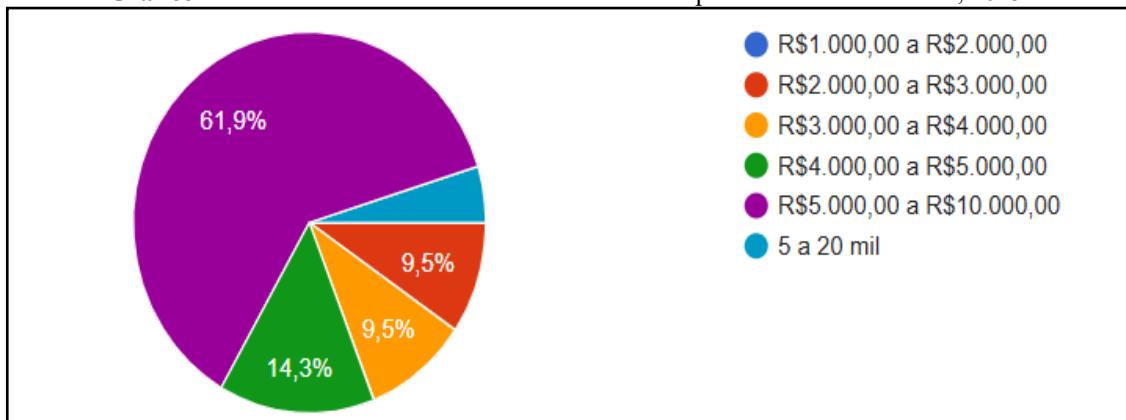
Fonte: Dados da pesquisa (2025).
Organização: Assunção, E. S. de, 2025.

No que se refere ao nível de escolaridade atual, obteve-se que 18 (85,7%) dos participantes alegaram ter Pós-Graduação completa. Somados àqueles que especificaram possuir Mestrado completo, o total de agentes pós-graduados chega a 19 (90,5%) (Gráfico 3).

Considerando o Gráfico 3, percebe-se que os ASE do município de Uberlândia, no ano de 2025, apresentavam nível de formação semelhante àquele verificado entre trabalhadores da Educação Infantil em 2023, a nível nacional. No referido ano, 79,5% dos docentes na Educação Infantil possuíam Ensino Superior completo na modalidade Licenciatura; sendo que, 1,2% possuíam Superior Completo na modalidade Bacharelado; e 11,0% teriam formação Médio/Normal; e 8,4% deles com Ensino Médio ou inferior. O Inep não divulgou a porcentagem dos docentes da Educação Infantil com Pós-Graduação na ocasião (Brasil, 2021).

Os 21 participantes também responderam a uma pergunta sobre renda mensal familiar, de forma que a maioria deles recebe atualmente acima de 4 salários-mínimos atuais, que se encontra no valor de R\$ 1.518,00 (Gráfico 4).

Gráfico 4- Renda Familiar Mensal dos ASE do município de Uberlândia – MG, 2025.

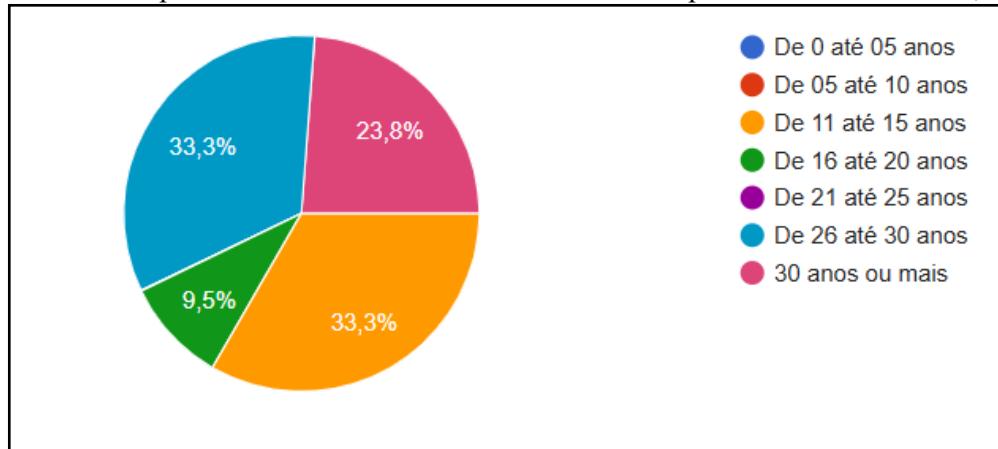


Fonte: Dados da pesquisa (2025).
Organização: Assunção, E. S. de, 2025.

Os resultados expostos na Figura 4, que versa sobre renda familiar mensal, foram muito semelhantes àqueles encontrados em estudo de 2024, quando concluiu-se que 61,2% deles possuíam renda familiar na faixa entre R\$5.000,00 a R\$10.000,00 (Correa, 2024)

Os participantes também responderam perguntas estabilidade e tempo de trabalho. Em seguida, sobre os principais fatores que os levaram à escolha no trabalho no setor público. Todos os participantes da pesquisa afirmaram ser servidores efetivos estáveis, concursados, todos lotados na Secretaria Municipal de Saúde, e o tempo de trabalho na Prefeitura Municipal apresentou as seguintes realidades (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Tempo de trabalho dos ASE na Prefeitura Municipal de Uberlândia – MG, 2025.

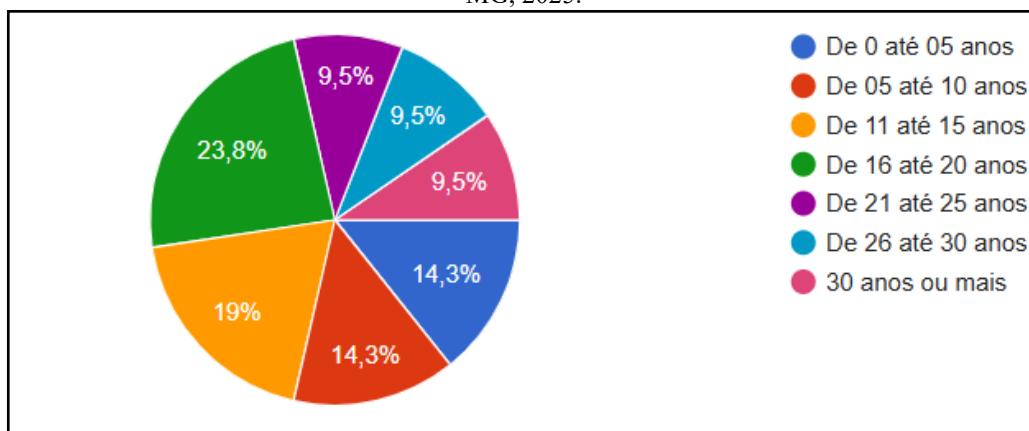


Fonte: Dados da pesquisa (2025).
Organização: Assunção, E. S. de, 2025.

Boa parte da literatura consultada expressa que em tempos de pressão neoliberal, mesmo estes trabalhadores são encarados como “gastos”, e enfrentam pressões diversas sobre resultados (Antunes, 2018; Cabral; Silva; Souza, 2021). Sobrecarga de trabalho, falta de recomposição das vagas mediante redução dos concursos públicos, terceirização, pressão política por resultados e falta de infraestrutura (Seligmann-Silva, 2011).

Considerando que 14 (66,7%) dos participantes da pesquisa tinham idade acima de 50 anos, quando da resposta ao questionário, e que 12 (57,1%) afirmaram ter pelo menos 26 anos de trabalho na PMU (Gráfico 6), esse resultado indica que há duas concentrações etárias opostas, sem predominância de uma faixa intermediária.

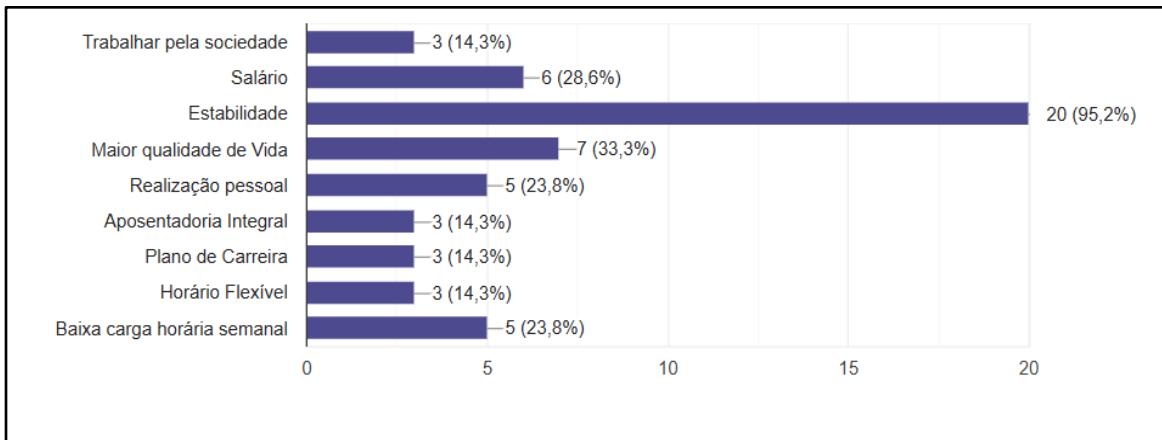
Gráfico 6 - Tempo de trabalho no Programa Saúde Escolar, dos ASE do município de Uberlândia – MG, 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).
Organização: Assunção, E. S. de, 2025.

Em relação aos principais motivos que os teriam levado a escolher o trabalho no setor público 20 (95,2%) apontaram a busca por estabilidade como fator decisivo (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Principais fatores para escolha pelo trabalho no setor público de acordo com os ASE do município de Uberlândia – MG, 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).
Organização: Assunção, E. S. de, 2025.

Atualmente, por mais que a esfera municipal seja aquela com maior concentração de servidores públicos, há toda uma variedade de situações de vínculo, desde os concursados em si, passando por terceirizados e, consequentemente precarizados (Bastos, 2019).

Dos 21 participantes, 18 (85,7%) alegaram que não tinham problema de saúde adquirido antes do ingresso no serviço público. Os demais 3 (14,3%) participantes afirmaram ter problema de saúde pré-existente.

Dentre os participantes, 10 (47,6%) afirmaram ter adquirido problema de saúde, ou doença, adquiridos em função das atividades laborais. As condições citadas com maior frequência, e a quantidade de participantes que as mencionaram foram, respectivamente: dores em articulações, 6 (28,6%); transtorno de ansiedade, 3 (14,3%); desgaste ósseo ou em cartilagens, 3 (14,3%); doenças da coluna, 3 (14,3%); e hipertensão, 2 (9,5%).

O estresse, geralmente associado a carga de trabalho, seria o aspecto que mais afeta a saúde mental. Para que o ambiente de trabalho seja favorável à saúde mental seria preciso fortalecimento das relações interpessoais e incentivo ao aprimoramento de comportamentos saudáveis (Padilla Sarmiento, Villamizar Carrillo, Mogollón Canal, 2018).

Para interpretar a percepção dos participantes sobre suas condições de trabalho, eles foram conduzidos no questionário a avaliar afirmações sobre condições de trabalho, atribuindo 1 para “Discordo Totalmente”; 2 como “Discordo”; 3 sendo “Nem concordo nem discordo”, ou seja, para afirmações cuja avaliação dos participantes era neutra; 4 para “Concordo”; e 5 para “Concordo Totalmente” (Tabela 1).

Tabela 1 – Escala de percepção/satisfação dos Agentes de Saúde Escolar (ASE) sobre condições de trabalho do município de Uberlândia – MG, 2025

Questões	Opções de resposta				
	1- Discordo Totalmente	2 – Discordo	3 – Não concordo, nem discordo	4 – Concordo	5 – Concordo Totalmente
1 - Eu trabalho com um bom nível de inspiração.	0 (0,0%)	1 (4,8%)	4 (19,0%)	13 (61,9%)	3 (14,3%)
2 - Eu busco ser um profissional atualizado.	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (9,5%)	9 (42,9%)	10 (47,6%)
3 - Eu trabalho em um ambiente agradável, com boa iluminação, ventilação e o nível de ruído adequado.	2 (9,5%)	3 (14,3%)	16 (76,2%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
4 - Recebo apoio técnico por parte da equipe de gestão das escolas e Programa de Saúde Escolar em relação às capacitações, recursos materiais e didáticos.	0 (0,0%)	3 (14,3%)	9 (42,9%)	6 (28,6%)	3 (14,3%)
5 - Disponho de um prazo razoável para resolver as demandas que surgem no ambiente de trabalho.	0 (0,0%)	1 (4,8%)	7 (33,3%)	9 (42,9%)	4 (19,0%)
6 - Sinto-me reconhecido (a) pela função que desempenho	0 (0,0%)	5 (23,8%)	5 (23,8%)	7 (33,3%)	4 (19,0%)
7 - Percebo que tenho autonomia em meu trabalho	1 (4,8%)	2 (9,5%)	3 (14,3%)	11 (52,4%)	4 (19,0%)
8 - Me sinto realizado (a) pessoalmente e profissionalmente	0 (0,0%)	2 (9,5%)	6 (28,6%)	9 (42,9%)	4 (19,0%)
9 - A estabilidade no cargo foi um incentivo para a escolha da minha profissão	0 (0,0%)	0 (0,0%)	3 (14,3%)	6 (28,6%)	12 (57,1%)
10 - Tenho satisfação na realização das atividades do Programa de Saúde Escolar	0 (0,0%)	1 (4,8%)	3 (14,3%)	8 (38,1%)	9 (42,9%)
11 - Minhas atribuições em meu setor estão bem definidas	0 (0,0%)	1 (4,8%)	6 (28,6%)	6 (28,6%)	8 (38,1%)
12 - Recebo uma remuneração satisfatória e condizente com o trabalho que realizo	2 (9,5%)	5 (23,8%)	4 (19,0%)	8 (38,1%)	2 (9,5%)
13 - Tenho um plano de carreiras atrativo na Prefeitura Municipal de Uberlândia	1 (4,8%)	9 (42,9%)	9 (42,9%)	0 (0,0%)	2 (9,5%)
14 - Percebo o resultado prático do trabalho realizado	0 (0,0%)	1 (4,8%)	7 (33,3%)	11 (52,4%)	2 (9,5%)

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

No item 1, cuja afirmação era “Eu trabalho com um bom nível de inspiração.”, a maioria dos participantes reagiu positivamente à frase, já que 13 (61,9%) optaram por “Concordo” e 3

(14,3%) deles optaram por “Concordo totalmente”. A maioria dos participantes avaliaram positivamente o item 2 “Eu busco ser um profissional atualizado”, sendo 9 para “Concordo” e 10 “Concordo Totalmente”. Juntos, totalizaram 19 (90,5%) avaliações positivas para a frase. Nestes dois itens, pode-se dizer que os participantes expressaram uma autoavaliação positiva enquanto profissionais.

No item 3, “Eu trabalho em um ambiente agradável, com boa iluminação, ventilação e o nível de ruído adequado”, mais voltado para condições do ambiente de trabalho, recebeu mais reações neutras, no total de 16 (76,2%), enquanto as opções “Discordo totalmente” e “Discordo” foram selecionadas, respectivamente, por 2 (9,5%) e 3 (14,3%). É provável que o ruído tenha sido um dos fatores que mais contribuiu para esta avaliação, já que escolas costumam ser associadas a espaços “barulhentos”, e as consequências do trabalho em ambiente com muito ruído costumam ser

As consequências do ruído para a saúde resultam em irritabilidade, alterações do sono, dificuldade de concentração, problemas gástricos, disfunções hormonais, vertigem, entre outros¹⁹, além de ser considerado um estressor ambiental, que pode exercer um impacto adverso nas áreas sociais, emocionais e cognitivas (Corrêa, 2024, p. 36).

Conforme a ABNT NBR ISO/CIE 8995-1/2013, um ambiente de trabalho bem iluminado proporciona uma boa visualização da tarefa, permitindo que as tarefas sejam realizadas de modo fácil e com conforto. Um ambiente de iluminação desconfortável pode ser percebido quando ocorrem fortes contrastes de luminescências que podem levar ao ofuscamento, causar fadiga. Numa situação de contrastes de luminescências muito baixas, pode causar cansaço visual ao trabalhador por elevar o esforço necessário para enxergar instrumentos, objetos e espaços (Ferreira, 2018).

Para o item 4, “Recebo apoio técnico por parte da equipe de gestão das escolas e Programa de Saúde Escolar em relação às capacitações, recursos materiais e didáticos” a opção selecionada com mais frequência foi “3 – Não concordo, nem discordo”, 9 (42,9%). As avaliações positivas para este aspecto do trabalho, juntas, chegaram também a 9 (42,9%). Aparentemente, os ASE que participaram da pesquisa não expressam demanda significativa por mais apoio técnico.

A questão dos prazos para conclusão de demandas, expressa no item “5 - Disponho de um prazo razoável para resolver as demandas que surgem no ambiente de trabalho”, também não parece ser fator negativo para os participantes da pesquisa, pois 9 (42,9%) deles optaram por “Concordo”, e 4 (19,0%) escolheram “Concordo totalmente”.

Pelo item “6 - Sinto-me reconhecido (a) pela função que desempenho”, que os ASE têm uma percepção positiva do reconhecimento pela função que desempenham, pois a afirmação

recebeu 11 (52,4%) reações positivas. O nível de autonomia, avaliado pelo item “7 - Percebo que tenho autonomia em meu trabalho”, recebeu avaliações positivas ainda mais enfáticas, pois 11 (52,4%) escolheram “Concordo”, e 4 (19,0%) escolheram “Concordo Totalmente”.

Os ASE também expressaram sentirem-se realizados profissionalmente, pois no item “8 - Me sinto realizado (a) pessoalmente e profissionalmente”, 9 (42,9%) escolheram “concordo” e 4 (19,0%) escolheram “concordo totalmente”. Mas, há uma aparente contradição neste resultado, pois no item referente à remuneração, “Recebo uma remuneração satisfatória e condizente com o trabalho que realizo”, predominaram avaliações de negativo a neutro, com 2 (9,5%) reações “discordo totalmente”, 5 (23,8%) respostas “discordo”, e 4 (19,0%) “não concordo, nem discordo”. A remuneração seria fator decisivo para a satisfação no trabalho:

O fator remuneração tem um peso considerável na satisfação do trabalhador, interferindo diretamente no seu rendimento e produtividade. Uma remuneração adequada é necessária para a satisfação das necessidades pessoais e dos padrões culturais, sociais e econômicos da sociedade na qual o trabalhador está inserido (Corrêa, 2024, p. 34).

Embora Corrêa (2024) postula que a remuneração é um fator decisivo e de peso considerável para a satisfação, o estudo demonstra que os ASE conseguem experimentar algum nível de realização profissional mesmo com uma parte significativa expressando insatisfação ou opinião neutra em relação ao salário.

Da mesma forma, a dificuldade de promoção na carreira foi apontada, em diferentes estudos, como elemento que impacta negativamente na satisfação no trabalho (Fontenele et al. 2019; de Sampaio Junior, Silva e Moraes, 2021).

Além disso, quando questionados sobre a percepção que possuíam sobre o resultado prático do trabalho realizado junto às comunidades escolares, por meio do item “14 - Percebo o resultado prático do trabalho realizado”, predominaram reações positivas, já que as opções “concordo” e “concordo totalmente” somaram juntas 13 (61,9%) das avaliações.

Pelo item “9 - A estabilidade no cargo foi um incentivo para a escolha da minha profissão”, os ASE expressaram que a estabilidade na função foi fator decisivo para a escolha do setor público, de forma que 6 (28,6%) escolheram “concordo”, e 12 (57,1%) optaram por “concordo totalmente”. Resultado semelhante foi obtido em relação ao item “10 - Tenho satisfação na realização das atividades do Programa de Saúde Escolar”, de forma que 8 (38,1%) selecionaram “concordo”, e 9 (42,9%) escolheram “concordo totalmente”. A maioria dos participantes também percebe que suas atribuições dentro do programa estão bem definidas, quesito avaliado no item 11, já que 6 (28,6%) deles selecionaram “concordo”, e 8 (38,1%) optaram por “concordo totalmente”.

Por fim, quando questionados sobre Plano de Carreiras, através do item “13 - Tenho um plano de carreiras atrativo na Prefeitura Municipal de Uberlândia”, apenas 2 (9,5%) dos participantes avaliaram positivamente este aspecto do trabalho no PSE. Se por um lado, estabilidade e remuneração foram avaliados positivamente, quando se trata das possibilidades de progredir na carreira, a avaliação não foi tão positiva.

Os ASE também responderam à questão sobre o número de escolas atendidas, especificamente, “Quantas escolas em média, você atende anualmente?” cujos resultados foram: 2 (9,5%) afirmaram atender 2 escolas; 3 (14,3%) apontaram atender 3 escolas; 4 (19,0%) afirmaram atender 5 escolas; 3 (14,3%) afirmaram que atendem 6 escolas; 4 (19,0%) apontaram uma média de 7 escolas; um (4,8%) participante apontou 9 escolas na média; e um (4,8%) participante afirmou atender 12 escolas.

Em estudo conduzido no mesmo município, também com os ASE, o número de estudantes e/ou escolas atendidas não foi apontado como o fator mais impactante sobre a saúde e bem-estar no trabalho. Ainda assim, houve alegações de que há sobrecarga na quantidade de tarefas, que eventualmente extrapolam aquelas inicialmente pactuadas, e os ASE que passaram por menor rotatividade entre escolas, alegaram melhor adaptação à realidade das mesmas (Corrêa, 2024).

Em suma, embora os ASE demonstrem alta competência, satisfação com o propósito e autonomia, os dados apontam que a qualidade do ambiente físico e os fatores organizacionais extrínsecos, especialmente a remuneração e a inexistência de um plano de carreira atrativo, são os elementos que mais comprometem a satisfação plena e que, sob a ótica da saúde e satisfação no trabalho, representam os maiores desafios.

Considerações finais

A análise dos dados da Tabela 1 (itens 1 e 2) revelou um perfil de ASE com forte motivação e autoavaliação profissional positiva, manifestando um elevado nível de inspiração e busca por atualização (mais de 76,2% e 90,5% de avaliações positivas, respectivamente. Contudo, este contentamento intrínseco coexiste com importantes focos de insatisfação extrínseca.

Os ASE participantes da pesquisa, em sua maioria, alegaram não possuir problemas de saúde quando do início do trabalho no PSE. Mas quase a metade deles alegaram ter adquirido problemas de saúde, ou doenças, em função das atividades de trabalho. O ambiente físico de trabalho (Tabela 1, item 3), avaliado majoritariamente como neutro ou negativo (76,2% e 23,8%), sugere deficiências nas condições laborais. A provável insatisfação com o nível de ruído nas escolas se alinha diretamente com o levantamento bibliográfico, que aponta o ruído

como um estressor ambiental com potenciais impactos adversos nas áreas social, emocional e cognitiva, além de causar problemas de saúde (Corrêa, 2024).

Da mesma forma, a importância de um ambiente bem iluminado para o conforto e prevenção da fadiga visual (Ferreira, 2018) destaca a relevância das condições ambientais no bem-estar do trabalhador (Santos, 2021). Diante disso, estudos posteriores poderão identificar melhor quais fatores inerentes às atribuições dos ASE contribuem diretamente para o adoecimento destes trabalhadores.

Percebe-se que as respostas coletadas apontam que fatores subjetivos também impactam diretamente sobre a saúde, qualidade de vida e satisfação no trabalho para os ASE, na medida em que a maioria dos participantes avaliaram negativamente o Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

O principal ponto de dissonância encontrado reside na esfera financeira e de carreira. Apesar da satisfação intrínseca, a remuneração foi predominantemente avaliada de forma negativa a neutra. Este resultado crucial ecoa na assertiva de Corrêa (2024), que enfatiza o peso considerável do fator remuneração na satisfação, rendimento e produtividade do trabalhador.

Complementarmente, a avaliação extremamente baixa do Plano de Carreira atrativo (Tabela 1, item 13, com apenas 9,5% de positividade) reforça o que a literatura preconiza: a dificuldade de promoção é um elemento que impacta negativamente a satisfação no trabalho (Fontenele et al. 2019; Sampaio Junior, Silva e Moraes, 2021). Ou seja, a falta de incentivos para progressão e promoção na carreira parece afetar diretamente a satisfação no trabalho, bem como a questão da remuneração, que está atrelada às oportunidades de promoção.

De modo geral, as respostas atribuídas às questões objetivas, quando os ASE avaliaram as afirmações de número “8 - Me sinto realizado (a) pessoalmente e profissionalmente”, de número “10 - Tenho satisfação na realização das atividades do Programa de Saúde Escolar”, e a de número “14 - Percebo o resultado prático do trabalho realizado” receberam avaliações positivas. As avaliações positivas a estas afirmações sugerem algum nível de satisfação no trabalho. Neste contexto, a alta valorização da estabilidade no cargo (Tabela 1, tem 9, com 85,7% de adesão positiva) pode ser interpretada como o principal incentivo compensatório de ancora os profissionais ao setor público, mitigando as insatisfações com remuneração e a progressão.

Os dados coletados até aqui permitem afirmar que há impactos do cotidiano laboral sobre a saúde e satisfação no trabalho dos ASE, já que alegam ter adquirido problemas de saúde posteriormente ao ingresso no programa. Mas é preciso aprofundar as investigações para uma

melhor elucidação sobre como o cotidiano de trabalho tem afetado a saúde física e mental da referida categoria de trabalhadores.

O estudo evidencia que os Agentes de Saúde Escolar de Uberlândia apresentam um perfil profissional altamente qualificado, com predominância feminina e maturidade etária. Embora demonstrem envolvimento e satisfação com a relevância social de suas funções, enfrentam obstáculos que comprometem seu bem-estar, especialmente a falta de valorização financeira e o adoecimento decorrente das condições laborais.

Considerando que os participantes da pesquisa tinham, uma média de idade de 52,8 anos, e que, entre 2024 e 2025, pelo menos 9 ASE aposentaram-se, são preocupantes as perspectivas de continuidade do PSE no Município de Uberlândia. O cenário sugere pouca renovação nos quadros do programa, de forma que, sem perspectivas de posse de novos servidores nesta função, os trabalhadores atuais ficam sobrecarregados.

Os dados reforçam a importância de políticas públicas voltadas à valorização, capacitação continuada e promoção da saúde desses trabalhadores. O fortalecimento do PSE depende do reconhecimento do papel estratégico desempenhado pelos ASE na integração entre saúde e educação.

Referências

- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: ANTUNES, R. O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, cap. 2, p. 35-48. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- ASSAIFE, T. F. C. et al. Desafios e potencialidades do Programa Saúde na Escola no município do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**. v. 34 jul. 2024. e34029. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434029pt>>. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434029pt> Acesso em 12 ago. 2025.
- BASTOS, J. A. **Servidores, funcionários, terceirizados e empregados**: a babel de vínculos, cotidiano de trabalho e vivências dos trabalhadores em um serviço público. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-10092019-154435/pt-br.php>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto n. 6.286**, de 05 de dezembro de 2007. Institui Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União (DOU), 06 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico:** Censo da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf Acesso em 29 ago. 2025.

CABRAL, I. B. V., SILVA, P. H. N. da, SOUZA, D. de O. A precarização do trabalho e saúde do trabalhador: revisão e perspectivas. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 51–65, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2021.25729>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/25729>. Acesso em: 15 ago. 2025.

CORRÊA, A.F. DA S. **As condições de trabalho dos Agentes de Saúde Escolar e suas repercussões na saúde desses profissionais.** 2024. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.252> Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/43176> acesso em 20 ago. 2025.

CREAZZO, G. D.; et. al. O impacto do Programa De Saúde na Escola (PSE) na vida dos estudantes: uma revisão integrativa. The impact of the School Health Program (PSE) on students' lives: an integrative review. **Revista de Epidemiologia e Saúde Pública - RESP**, [S. l.], v. 1, n. 3, 2023. DOI: 10.59788/resp.v1i3.28. Disponível em: <https://rescientifica.com.br/index.php/resp/article/view/28>. Acesso em: 12 ago. 2025

DALLACOSTA, M. et. al. Programa Saúde na Escola: desafios e possibilidades para promover saúde na perspectiva da alimentação saudável. **Saúde Debate (online)**. v. 46. n. especial 3. nov. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E318> Acesso em 12 ago. 2025

FERREIRA L.S. **Estudo da iluminação artificial em ambientes hospitalares: projeto luminotécnico do hospital municipal de Paulo Afonso** [Tese de Graduação]. Paulo Afonso, BA: Instituto Federal da Bahia, 2018; 76 p.

FONTENELE, R. M. et al. Fatores de Vulnerabilidade para o Sofrimento Psíquico Relacionado ao Trabalho de Agentes Administrativos. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 115-122, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6032.2019v23n2.41929. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/view/41929-%20p1> . Acesso em: 16 ago. 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Educação a distância). E-book. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 8 dez. 2023.

GOMEZ, C. M.; VASCONCELLOS, L. C. F.; MACHADO, J. M. H. Saúde do Trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. Ciênc & Saúde Col, Rio de Janeiro

MERHY, E. E. **Reestruturação produtiva e transição tecnológica na saúde.** Orientador: Túlio Batista Franco. 1999. 12f. Dissertação (Mestre em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Unicamp, Campinas, 1999. Disponível em: https://www.professores.uff.br/tuliofranco/wp-content/uploads/sites/151/2017/10/32reestruturação_produtiva_e_transição_tecnológica_na_saúde_emerson_merhy_tulio_franco.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NAHAS, M. V. et al. Reprodutibilidade de uma escala para avaliar a percepção dos trabalhadores quanto ao ambiente e às condições de trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 34, n. 120, p. 179–183, jul. 2009.

PEREIRA, I. C.; BANDEIRA, H. M. M. **Práticas educativas de nutricionistas: perspectivas educativas manifestadas no PSE.** **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe 3, p. 142–155, nov. 2022. Acesso em 12 ago. 2025

PADILLA SARMIENTO, S. L.; VILLAMIZAR CARRILLO, D. J.; MOGOLLÓN CANAL, O. M. El trabajador universitario y su salud mental desde el modelo de creencias.

Revista Ciencia y Cuidado, Cúcuta, v. 15, n. 2, p. 127–139, jul./dic. 2018. DOI:10.22463/17949831.1407. Disponível em: <https://revistas.ufps.edu.co/index.php/cienciaycuidado/article/view/1407>. Acesso em: 10 ago. 2025.

PMU. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Saúde. Programas e projetos. **Programa Saúde Escolar.** 2024 (online). Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/saude/saude-escolar/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

PMU. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Saúde. **Boletim de Vigilância em Saúde.** V 78, n. 78, jul. 2025 (online). Disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2025/08/Boletim-Atendimentos-PSE-1%C2%B0-semestre-2025.pdf> Acesso em: 02 set. 2025.

PMU. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Saúde. **Saúde Escolar.** 2025 (online). Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/saude/saude-escolar/> Acesso em: 24 nov. 2025.

SAMPAIO JUNIOR, M. F. de S.; SILVA, V. M. F.; MORAIS, H. A. Estresse ocupacional dos servidores técnico-administrativos em educação de uma instituição de ensino federal dos

Vales do Jequitinhonha e Mucuri utilizando o modelo demanda-controle. **Revista Científica Multidisciplinar**, /S. l.J, v. 2, n. 5, p. e25303, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v2i5.303>. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/303> . Acesso em: 5 ago. 2025.

SALANOVA, M.; GRACIA, F. J.; PEIRÓ, J. M. Significado del trabajo y valores laborales. In: PEIRÓ, J. M.; PRIETO, F. (Eds.). **Tratado de psicología del trabajo.** v. II:. Madrid: Síntesis, 1996. p. 35-63 (Aspectos psicosociales del trabajo)

SANTOS, I. M. da C. dos. **Condições ergonômicas e de leiaute influentes na satisfação com espaço laboral de servidores públicos:** caso das secretarias de graduação e pós-graduação de uma instituição de ensino superior. 2021. 160p. Orientadora: Laura Bezerra Martins. Dissertação (Mestrado em Ergonomia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ergonomia, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/41668/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%2>

Ollaine%20Maria%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Santos.pdf. Acesso em: 06 ago. 2025.

SELIGMANN-SILVA, E. Precarização da saúde mental na precarização social e do trabalho. In: SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental:** o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011, cap. 2, p.458-491.

SILVA JÚNIOR S.D.; COSTA F.J. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e *PhraseCompletion*. PMKT – **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, São Paulo, Brasil, v. 15, p. 1-16, out. 2014. Disponível em: www.abep.org/Servicos/DownloadPmktCiencia.aspx?id=1501. Acesso em: 14 mar. 2022.

SILVA, L. T. da . et al.. Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: estudo de caso de um município de Minas Gerais, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 29, p. e230431, 2025.

SILVEIRA V.N.S.; MAESTRO A.D. FILHO. Gestão estratégica de pessoas e desempenho organizacional - uma análise teórica. **Pretexto** [Internet]. 2013 mai 20; 4(1): 71-87. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/pretexto/article/view/1417>. doi: <https://doi.org/10.21714/pretexto.v4i1.1417> Acesso em 01 set. 2025

STREINER, D. et. Al , Health Measurement Scales: A practical guide to their development and use. 5 ed. Oxford Academic. (Oxford, 2014; online ed., **Oxford Academic**, Jan. 2015), Disponível em: <https://doi.org/10.1093/med/9780199685219.001.0001>, acesso em 18 Set. 2024.

TOMASI, E. et al. Perfil sócio-demográfico e epidemiológico dos trabalhadores da atenção básica à saúde nas regiões Sul e Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. s193-s201, 2008. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/3570/7232> DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008001300023>, acesso em 19 set. 2025.

4.2 Produto 2 - Artigo 2

DOS ESPAÇOS ÀS PESSOAS: CONDIÇÕES DE TRABALHO E SATISFAÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE ESCOLAR NO PROGRAMA SAÚDE ESCOLAR DE UBERLÂNDIA-MG⁴

Esmeralda Simonete de Assunção

Mestranda do Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva
Universidade Federal de Uberlândia.
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 3 E – Sala 128
Uberlândia-MG.

E-mail: esmeadv@hotmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0428793647743400>

João Carlos de Oliveira

Doutor em Geografia, Prof Titular da Escola Técnica de Saúde e do Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva
Universidade Federal de Uberlândia.
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 3 E – Sala 128
Uberlândia-MG.

E-mail: oliveirajotaufuestes@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8306771766190744>

RESUMO

Esse artigo teve como objetivo compreender as condições laborais e impactos sobre saúde e satisfação no trabalho dos Agentes de Saúde Escolar, que atuam diretamente nas escolas, no contexto do Programa de Saúde no Município de Uberlândia. Entre 5 de junho de 2025 e 30 de junho de 2025, 21 ASE responderam a questões abertas, disponibilizadas via Formulários do Google, que versavam sobre condições de trabalho, impactos sobre a saúde física e mental e perspectivas de pós-trabalho no PSE. As respostas foram analisadas sob perspectiva qualitativa, por meio de Análise de Conteúdo Temática, explorando os temas e elaborações mais recorrentes nas respostas dos participantes. Como resultados, observou-se ênfase na precariedade de recursos, adoecimento emocional, mental e físico associado a estresse no trabalho, associado à gestão do programa e sensação de impotência diante das amplas e complexas demandas das comunidades atendidas.

Palavras-Chave: Agente de saúde escolar. Condições de trabalho. Satisfação no Trabalho.

Introdução

O trabalho possibilita compreende dimensões de realização profissional e pessoal, impactos sobre a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, as condições em que é exercido, determinam, ao menos em parte, a forma como ele afeta os indivíduos. O trabalho pode estar associado a benefícios (satisfação e remuneração) ou a fatores avaliados negativamente, tais

⁴ Artigo aprovado para publicação pela “Revista FT”, disponível: www.revistaft.com.br, inscrita sob ISSN 1678-0817, classificada como Qualis B2 da Capes.

como adoecimento, frustração, que poderão influenciar na qualidade de vida (QV) e na saúde dos trabalhadores (Salanova; Gracia; Peiró, 1996).

O processo de trabalho é uma atividade voltada para a produção de valores de uso, apropriação de recursos naturais para suprir as necessidades humanas, de forma a transformar o meio, as relações sociais, a paisagem etc. (Marx, 1996). O trabalho pode ser então reconhecido como constitutivo do ser humano, na perspectiva de que o homem, através do trabalho, age sobre a natureza, provocando alterações significativas na natureza e em si mesmo, numa imbrincada relação entre o pensar e o agir (Merhy; Franco, 2006).

O interesse em compreender mecanismos de saúde e doença, de adoecimento e de cura, desperta interesse que encontra registros já nos textos da Antiguidade Clássica. Muito além da simples busca por uma definição técnica, textos clássicos já buscavam contribuir sentidos filosóficos de saúde, doença, assim como de categorias como “morte”, “vida”:

Até onde alcançam, os registros históricos atestam que a "arte de curar" não foi praticada sem que, paralelamente, deixasse de se apresentar o desejo de fundamentá-la e legitimá-la. O médico, obrigado a decidir e a agir, sente necessidade de justificar suas opções - se não para o paciente, pelo menos para si mesmo. Esse desejo de justificativas é fulcro de preocupações teoréticas. (Hegenberg, 1998, p. 17)

Nas ciências médicas de origem ocidental parece ter prevalecido um modelo hegemônico biomédico-curativo, que define a saúde enquanto “ausência de doenças”. Mas desde 1946, a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a definir a saúde como um estado complexo de bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente ausência quadro patológico diagnosticável. Conforme a Constituição Federal do Brasil, de 1988, a saúde passa a ser enquanto direito essencial de todos os cidadãos, o que significaria um marco importante para a definição das políticas públicas para este setor (Almeida Filho, 2011).

No final do século XVIII, em um contexto de aceleração do ritmo produtivo, e emergência do sistema capitalista, avolumam-se discussões sobre causa social da saúde, relacionada às condições de labor dos trabalhadores. No final do século XIX, aprimoram-se estudos em epidemiologia, parasitologia, e as causas das doenças eram majoritariamente associadas aos microrganismos. Ainda que tenha legado incontestáveis contribuições para o aprimoramento das práticas sanitárias, o modelo unicausal positivista, teria a fragilidade de enfatizar apenas em aspectos verificáveis em laboratório, sem muitas ferramentas para esclarecer sobre a origem e propagação das doenças não contagiosas, por exemplo. Além disso, atribuía-se pouca, ou nenhuma atenção, aos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais hoje reconhecidos como essenciais para a compreensão da saúde (Batistella, 2007).

A compreensão do processo saúde-doença demanda hoje abordagens capazes de reconhecer a natureza histórica, multifatorial e dinâmica do processo saúde-doença. Caracterizar as concepções de saúde de um determinado grupo, sociedade ou território, possibilita a compreensão das crenças, percepções, valores, expectativas e da própria atitude perante a vida e o trabalho (Czeresnia; Maciel; Oviedo, 2013).

O campo Saúde do Trabalhador (ST) surgiu por volta dos anos de 1970, concomitantemente ao Movimento da Reforma Sanitária, conforme demanda de aprofundamento na discussão e práticas da Medicina do Trabalho (MT) e da Saúde Ocupacional (SO). O modelo biomédico-curativo, hegemônico até então, era centrado no indivíduo, ou mesmo restrito a elementos quantitativos e/ou laboratoriais, que associava a causa da doença quase exclusivamente aos fatores de riscos ambientais. O adoecimento era detectável quase que exclusivamente por análise de amostras e tecidos biológicos, e estes paradigmas passam a ser considerados insuficientes para a compreensão da relação entre saúde e trabalho.

A ampliação da compreensão do conceito de saúde, bem como a revisão das práticas de intervenção no sentido de promoção da mesma, passa a caracterizar as iniciativas de aprimoramento do campo da ST (Porto; Martins, 2019; Lacaz Et Al., 2020). O campo ST se constitui gradativamente enquanto campo em construção, que abrange práticas e conhecimento interdisciplinares, voltados a compreender e intervir nas relações de trabalho e seus impactos no processo saúde-doença. A superação das concepções simplistas entre causa e efeito, amplia o entendimento de determinadas características do trabalho com potencialmente impactantes sobre a saúde.

A relação entre saúde e trabalho passou a ser considerada enquanto ligada às questões materiais, tal como classificação de riscos no ambiente de trabalho, quanto aos elementos qualitativos de como o trabalho é organizado (Gomez; Vasconcellos; Machado, 2018). A noção de organização do trabalho se relaciona ao significado de determinação social da saúde, que segundo Porto e Martins (2019), implica em mudanças estruturais nas relações de poder, de forma a impedir a exploração e a alienação próprias da sociedade capitalista. O entendimento das relações sociais como determinantes do processo saúde-doença mobiliza um campo de participação ativa do trabalhador na direção do desenvolvimento de políticas públicas e ações coletivas de promoção da saúde, com vistas a uma sociedade mais justa e democrática.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, definiu a saúde como sendo um "[...] direito de todos e dever do Estado", que seria garantido através de "[...] políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal

e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, art. 196), princípios estes que nortearam a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nessa direção, compreende-se que a conjuntura do contexto brasileiro do início do século XXI, marcada pela expansão do capitalismo neoliberal, fragiliza as leis de proteção do trabalho e dos trabalhadores em benefício da máxima acumulação de capital, que acentua exploração da força de trabalho, provoca desvalorização salarial, e estipula as “reformas” trabalhistas e da previdência social, na prática, o desmantelamento destas políticas. Novas modalidades de gestão dos processos de trabalho se instauram em detrimento da saúde dos trabalhadores, em com objetivo de otimização de lucros (Alves, 2009; Antunes, 2015).

O mundo do trabalho foi também afetado pela maior crise sanitária dos últimos tempos, a pandemia da Covid-19. Por meio da Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional. Os trabalhadores ficaram à mercê novas formas de desgaste de sua saúde física/psíquica, como no caso da intensificação do trabalho na modalidade *online*, expressivos casos de contaminação no ambiente de trabalho, no caso das atividades que se mantiveram presencialmente (Koh, 2020). A organização do trabalho sofreu reconfigurações e o trabalhador demandado pelo “mercado” passa a ser aquele gestor de si mesmo, disposto a readaptar-se diante de variedade de funções, demandas, tarefas e expectativas das empresas (Scopinho; Sato; Oliveira, 2020).

O Programa Saúde na Escola (PSE), atualmente designado como Programa Saúde Escolar, foi instituído pelo Decreto n. 6.286, de 05 de dezembro de 2007, enquanto iniciativa interministerial dos Ministérios da Saúde e Educação, com objetivo de fortalecer ações de promoção à saúde e prevenção, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), com ações diretamente voltadas para os estudantes das escolas públicas (Brasil, 2007).

O PSE consiste numa estratégia de integração entre Saúde e Educação, contribuindo para a concretização da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras (Brasil, 2022); e traz na sua concepção articulação entre Escola e a Atenção Primária à Saúde (APS) é a base do PSE.

A intersetorialidade, característica intrínseca ao programa, entre as redes públicas de saúde e educação, implica mais do que oferecer serviços em comum em um mesmo território, objetivando à sustentabilidade das ações a partir da definição de redes de corresponsabilidade. A efetivação do programa envolve o debate sobre qual o modelo de atenção deve ser priorizado ao público escolar; e que modelo de gestão intersetorial deve ser preconizado nesses serviços (Brasil, 2023).

Uberlândia é, até então, a única cidade do Brasil que tem Agentes de Saúde Escolar como cargo específico do seu quadro funcional, sendo considerada referência nacional nas ações do Programa Saúde na Escola. O fato de tratar-se de um cargo específico, favorece a permanência dos servidores no cargo de ASE, ao invés de passarem por constantes remanejamentos de função, caso estivessem alocados em diferentes secretarias e sob diferentes denominações do cargo.

O município de Uberlândia foi convidado a participar da gravação de um vídeo apresentado na rede social do Ministério da Saúde e no Evento Latino-Americano em celebração aos 15 anos do Programa Saúde na Escola, ocorrido em 12 de abril de 2022. Representantes do Ministério da Saúde visitaram a cidade no mês de março, e produziram imagens das ações do programa, bem como depoimentos acerca das ações exitosas realizadas (Uberlândia, 2022)

O cargo de “Agente de Saúde Escolar”, em Uberlândia-MG, surgiu da fusão entre dois cargos anteriores: de Agente de Controle de Zoonoses (ACZ) e Agente Sanitário (AS), por realizarem atividades em comum, sendo que no PSE, uma das prerrogativas de atuação é o tema “combate ao *Aedes aegypti*”. Contudo, os ASEs desenvolvem ações voltadas para várias outras temáticas relacionadas à saúde de um modo geral, com foco no público infanto-juvenil (Brasil, 2012).

Os ASE distribuídos pelos territórios e instituições escolares, conjuntamente com os profissionais da Educação, orientados pela Política Nacional da Atenção Básica (PNAB), considerando também o Projeto Político Pedagógico das Escolas elaboram o calendário de ações para cada instituição. Um eixo central da PNAB é justamente a integração de diferentes saberes, em uma abordagem intersetorial e transdisciplinar (Brasil, 2012).

Geralmente as Unidades de Básicas de Saúde (US) estão localizadas próximas às instituições escolares, o que facilita na organização de campanhas de vacinação nas escolas, e no encaminhamento de estudantes para os “postinhos” caso os ASE julguem necessário. O ASE torna-se, portanto, importante mediador, na garantia do acesso a serviços de saúde. Além disso, desenvolvem papel crucial na condução de projetos de educação ambiental e de promoção da saúde, com foco na prevenção (Brasil, 2012).

O ASE permite o diálogo entre a escola e a unidade de saúde, sendo referência técnica do PSE, com intuito de promover a assistência e o acompanhamento dos estudantes, a depender das demandas, sendo também mediadores das ações de Educação em Saúde e abordando temas orientados pelo Ministério da Saúde (MS). Dentre os temas desenvolvidos por meio de oficinas,

palestras, rodas de conversa etc. conforme determinado pela Portaria Interministerial n. 1.055, de 25 de abril de 2017 estão:

- I. Ações de combate ao mosquito Aedes aegypti;
- II. Promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer nas escolas;
- III. Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas;
- IV. Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos;
- V. Prevenção das violências e dos acidentes;
- VI. Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação;
- VII. Promoção e avaliação de saúde bucal e aplicação tópica de flúor;
- VIII. Verificação e atualização da situação vacinal;
- IX. Promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil;
- X. Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração.
- XI. Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/Aids;
- XII. Promoção da saúde ocular e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração (Brasil, 2017).

Além de ações em educação em Saúde, os ASE promovem testes de acuidade visual entre estudantes, pesagem e verificação de altura, para fins de mensuração do IMC (Índice de Massa Corpórea), organizam campanhas de vacinação nas próprias escolas (Corrêa, 2024; Esteves, 2019)

O mundo do trabalho é tema recorrente no meio acadêmico, sobretudo, especialmente nas investigações sobre a relação entre trabalho e a saúde. Os mecanismos contemporâneos de gestão do trabalho têm se mostrado enquanto fatores de risco à saúde do trabalhador. A precarização e terceirização são características deste momento de intensificação da lógica neoliberal, mas até mesmo o trabalhador do serviço público, condição dos ASE, a realidade não é muito diferente. Entre os servidores públicos, prevalecem afastamentos relativos a doenças osteomusculares e relacionados aos agravos à saúde mental (Alencar; Merlo, 2018; Ribeiro; Giongo; Pezez, 2021).

Os ASE ocupam esse lugar dual, de agentes da promoção da saúde, mas também de trabalhadores sujeitos ao adoecimento, ao desgaste físico e mental, à exposição às doenças sazonais, dentre tantos os aspectos que afetam a saúde, bem-estar e satisfação no trabalho. Sendo, portanto, sujeito e objeto das políticas de promoção da saúde, tornam-se categoria estratégica para compreensão das implicações das configurações atuais do mundo do trabalho sobre a saúde e bem-estar dos trabalhadores.

O objetivo geral do artigo é verificar como os ASE percebem os impactos das condições de trabalho sobre a saúde e satisfação no trabalho.

Também são objetivos do artigo apreender detalhes das condições de trabalho no âmbito do PSE; verificar aspectos da gestão e organização dos ASE; e compreender quais dimensões do trabalho realizado os trabalhadores associam à satisfação nas atividades laborais.

Trata-se de um estudo qualitativo. Foram incluídos na pesquisa 21 servidores concursados, no cargo de provimento efetivo de Agente de Saúde Escolar, que atuam no Programa Saúde Escolar, de ambos os sexos, que concordaram em participar da pesquisa e em fornecer informações conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram descartados os ASE que não estavam em efetivo exercício no período de coleta das respostas.

O meio de coleta utilizado foram Formulários do Google, com questões objetivas e também questões abertas, enviados eletronicamente pela coordenação do programa, de forma que, a adesão ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) se dava pela seleção do botão “Li e concordo com os termos”. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Uberlândia (CEP/UFU), sob CAAE: 87317725.9.0000.5152, seguindo as diretrizes da resolução 466 de 2012 e 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Os ASE's responderam aos formulários entre os dias 5 de junho de 2025 e 30 de junho de 2025, as respostas foram extraídas via recurso Planilhas do Google para posterior análise e interpretação.

As respostas foram baixadas na íntegra e o sigilo e a privacidade dos participantes foi garantida com a supressão de informações pessoais que permitissem identificações. Os nomes dos participantes foram substituídos pela letra “P” (de participante) seguida do número arábico, conforme a ordem cronológica de captação de cada resposta do estudo. As narrativas dos participantes foram submetidas à análise de conteúdo, na modalidade temática (Bardin, 2016).

Os dados coletados nas pesquisas com abordagem qualitativa devem ser analisados de forma coerente, empregando técnicas que permitam um olhar dinâmico e reflexivo. Análise de Conteúdo (AC) entendida enquanto conjunto de técnicas que busca a compreensão dos sentidos expressos pelos participantes de uma pesquisa, ou mesmo extraídos de documentos registrados em diferentes formatos e suportes, a AC tem sido empregada em estudos de diferentes áreas: pesquisas educacionais, ciências da saúde, pesquisas em saúde do trabalhador etc (Corrêa, 2024; Borges, 2022; Valle, Ferreira, 2025).

O rigor metodológico não seria “medido pela nomeação do tipo de pesquisa, mas pela descrição clara e pormenorizada do caminho seguido pelo pesquisador para alcançar os objetivos e pela justificativa das opções feitas neste caminho” (Bardin, 2016., p. 96). Diante disso, foram localizadas as categorias de sentido recorrentes nas respostas fornecidas pelos ASE's que responderam aos questionários, de forma a identificar como eles percebem a relação

entre condições de trabalho, impactos sobre a saúde, e sobre a satisfação no trabalho.

Desenvolvimento

A partir das respostas abertas fornecidas pelos ASE, participantes da pesquisa, foram destacadas categorias de sentido recorrentes nas afirmações dos mesmos.

Categoria 1 – A satisfação no trabalho está associada aos benefícios do PSE para as crianças e adolescentes atendidos, e expressão de gratidão dos mesmos.

Uma primeira pergunta aplicada aos ASE foi a seguinte: “Você considera que seu trabalho lhe proporciona satisfação pessoal e profissional? Se sim, explique quais aspectos trazem a satisfação”. A resposta do Participante 1 foi : “Sim. O teste de Acuidade Visual. Vê as crianças usando óculos”, ou seja, o fato de que, após detectada dificuldade visual dos estudantes, as famílias providenciam tratamento, traduz-se em satisfação. A resposta do Participante 4 não menciona atividade específica do PSE, mas afirma que a gratidão das crianças traduz-se em satisfação: “Sim, quando recebo o agradecimento e vejo a satisfação de uma criança”. De forma muito semelhante, o Participante 5 evoca a questão da gratidão das crianças: “Sim, quando uma criança te reconhece e mostra o que foi importante pra ela, tudo que vc proporcionou.”

De forma parecida, os participantes 7, 8 e 21, remetem à gratidão da comunidade escolar, tendo respondido respectivamente: “Sim pois vemos o retorno na promoção em saúde do aluno”; “Sim, A satisfação é grande quando percebo que fiz a diferença na vida do aluno, na forma de um exame de vista, vacina em atraso ou uma palavra de orientação sobre temas relacionado à saúde do aluno ou de sua família”; e “Sim. Quando o aluno ou seus pais me agradece por estar usando óculos, através dos teste que fazemos na escola e encaminhamos para o médico”.

O trabalhador geralmente precisa estabelecer relações, estabelecer vínculos afetivos, elementos que seriam fundamentais para promoção do bem estar do outro. Nesse caso, o vínculo afetivo com as crianças e adolescentes, as expressões de gratidão dos mesmos, reforça a ideia do trabalho como central na vida dos trabalhadores participantes da pesquisa (Codo e Gazzotti, 1999).

Categoria 2 – Condições físicas e materiais do trabalho dos ASE são aspecto negativo

O questionário dirigido aos ASE trazia a questão “Quais aspectos do seu cotidiano de trabalho você considera negativos?”, donde percebeu-se recorrência das queixas sobre falta de estrutura e de recursos materiais para a realização do trabalho no PSE. A falta de estruturas e materiais adequados é apontada como elemento de frustração, pois impediria a realização das atividades de forma mais efetiva. Para o Participante 1: “Falta de um espaço físico delimitado

no ambiente escolar, barulho, falta de acústica no ambiente escolar”, ou seja, o ambiente escolar deveria contar com espaços específicos para as ações do PSE. O participante 2, de forma semelhante aponta: “Barulho, local inadequado e falta de material para trabalhar” como elementos negativos. O participante 3 atrela a falta de materiais a um possível prejuízo aos resultados das atividades: “Falta de materiais para um trabalho mais eficaz”.

De forma semelhante, o Participante 14 aponta como aspectos negativos: “Falta de apoio, com materiais e insumos para desenvolver algumas atividades”, corroborado pelo Participante 15, que afirma faltarem “recursos humanos, material, financeiro, reconhecimento da importância do trabalho efetivo no impacto social e saúde dos atendidos pelo programa”. O participante 18 aponta especificamente a falta de materiais sobre educação reprodutiva: “Falta de material para o desenvolvimento de certas atividades como por exemplo saúde sexual e reprodutiva”.

Estas manifestações sugerem a necessidade de repensar a destinação de verbas para o PSE, pois no que se refere aos repasses federais, não está prevista a aquisição de materiais de uso permanente:

O incentivo financeiro para manutenção das ações do PSE integra o Bloco de Custo das Ações e Serviços Públicos de Saúde, ou seja, deve ser utilizado para implementação e manutenção das ações de custeio do Programa, sendo vedada a utilização deste para aquisição de material permanente(...). Ademais, houve repasse de recurso também por parte do MEC, voltado para financiamento de materiais para a implementação do PSE (Fernandes, et. Al. 2022, p. 21).

Esta insuficiência de materiais e instalações torna-se recorrente no âmbito da educação pública em geral, não apenas para desenvolvimento de ações do PSE. Em pesquisa focada em instalações escolares do Maranhão, a precarização material foi destacada pelos autores:

No decorrer do período, identifica-se uma constante carência de materiais escolares, que será determinante no processo de escolarização das crianças, interferindo inclusive na relação pedagógica estabelecida mediante a adoção de um determinado método de ensino (Castellanos, Farias, 2024. p. 7).

Em estudo conduzido em Miranorte-TO, foi constatada a falta de materiais e de instalações consideradas satisfatórias à execução das atividades em Educação Física, o que justamente compromete aspectos da promoção da saúde das crianças e adolescentes (Carvalho, Barcelos, Martins 2020). Os espaços e materiais usuais das práticas em Educação Física poderiam ser compartilhadas para ações do PSE, mas aparentemente costumam também estar em falta em várias escolas.

Um dos participantes expressa inclusive desconfiança sobre destinação de verbas do PSE diante da constatação de precariedade de materiais, ao discorrer sobre mudanças necessárias nas condições de trabalho:

Plano de cargos e carreiras mais atrativos, espaço adequado para o desenvolvimento das ações nas escolas, premiação para os melhores agentes, materiais sempre disponíveis, visto que, existe uma verba específica que vem do ministério da saúde para o PSE, porém não sabemos quem faz a gestão dessa verba, muito menos qual o valor e onde é aplicada (P4).

Portanto, os ASE expressam descontentamento com as condições de infraestrutura e disponibilização de materiais que seriam necessários ao trabalho no PSE, e evocam inclusive falta de transparência em destinação de recursos para o programa.

Categoria 3 – Elementos de sobrecarga nas atividades do PSE

Quando questionados sobre possibilidades de melhoria nas condições de trabalho no PSE, como na questão “Atualmente, quais mudanças poderiam representar melhorias nas condições de trabalho dos Agentes de Saúde Escolar?” os participantes apontaram recorrentemente, a questão da sobrecarga de trabalho. Para o Participante 6 uma mudança necessária seria: “Conseguirmos trabalhar com uma quantidade menor de crianças e ter materiais suficientes”. Para o Participante 9 um número insuficiente de ASE estaria impactando negativamente nas condições de trabalho, sendo necessário: “Mais agentes para auxiliar nas demandas e diminuir a quantidade de alunos para uma melhor qualidade das ações.”

A questão da sobrecarga foi retomada por vários outros participantes:

Mais profissionais atuando no PSE, hoje estamos com um número reduzido de Agentes Sanitários, o que faz com que alguns colegas tenham muitas Escolas para atenderem, o que torna impossível a criação de vínculo entre profissionais e educandos (P13).

Quantidade menor de alunos por agente, recursos materiais (P15).

Um elemento apontado como agravante da sobrecarga de trabalho seria o papel desempenhado pelas atividades burocráticas, que prejudicaria a execução de atividades mais práticas junto às comunidades escolares, conforme expressado pelo Participante 12: “Poderíamos ter mais tempo disponível pra trabalhar com as crianças ao invés de preencher dados”.

O(a) trabalhador(a) da saúde em geral é, elemento essencial para a promoção da saúde, desde a Atenção Básica, até os de alta complexidade. Paradoxalmente, o excesso de demanda, que por sua vez gera sobrecarga de trabalho, favorece o adoecimento, a falta de prazer e satisfação no exercício das atividades laborais (Souza e Virgens, 2013).

Em estudo também voltado para os ASE, também de Uberlândia-MG, a questão do cansaço e sobrecarga também foi identificada via aplicação de técnica de grupo focal:

O cansaço físico foi muito presente nas falas, assim como a falta de espaço físico adequado e excesso de ruído. Foi identificado o adoecimento emocional gerado no retorno ao trabalho na pandemia, que causou um grande estresse nos ASE, gerando uma grande expectativa quanto profissionais da saúde, o que contribuiu para que muitos desses profissionais adoecessem nesse período (Corrêa, 2024, p. 57)

A sobrecarga apontada pelos ASE parece estar diretamente relacionada com as prerrogativas neoliberais que apontam para o “corte de gastos” nos setores públicos, já que a realização de concursos acaba sendo tratada como “gasto” e não investimento.

Categoria 4 – Não conseguir atender a todas as demandas das crianças e adolescentes causa frustração

Foi recorrente também entre as respostas fornecidas pelos ASE do PSE de Uberlândia-MG, a afirmação de que, quando não conseguem suprir determinada demanda das crianças e adolescentes, eles sentem-se frustrados. De forma similar, o sentimento seria o mesmo quando a vulnerabilidade da comunidade atendida está aquém da possibilidade de ação destes trabalhadores. Isso teria impacto sobre a saúde mental dos ASE:

Conviver com situações de baixo poder aquisitivo, social e cultural de algumas crianças e seus familiares (P1).

Ansiedade por não conseguir fazer grandes mudanças (P6)

O que mais impacta na nossa saúde mental são os problemas que não conseguimos resolver (P7).

São vários, principalmente na minha saúde mental, por vezes somos acionados em situações bastante difíceis como por exemplo uma criança em situação de vulnerabilidade com uma família desajustada (P18).

A sensação de impotência diante dos problemas, vulnerabilidades e demandas da comunidade atendida seria então um agravo à saúde mental dos ASE, aspecto já apontado em estudo anterior, sobre a mesma categoria profissional e mesmo município (Corrêa, 2024). Aparentemente, os ASE absorvem para si a responsabilidade sobre aspectos da comunidade atendida, ou mesmo das condições materiais de execução das ações do PSE, que objetivamente, extrapolam suas possibilidades de ação.

Conclusão

A investigação sobre a forma como os ASE percebem as condições de trabalho no PSE, os impactos sobre o processo saúde-doença e sobre a satisfação no trabalho deles, trouxe elementos importantes na perspectiva dos sujeitos diretamente envolvidos nesse contexto.

Os achados reforçam a natureza multidimensional dos fenômenos associados à saúde dos trabalhadores, já que foram apontados elementos tais como excesso de barulho, falta de

instalações adequadas e de materiais próprios para o desenvolvimento do PSE. Também foram apontados elementos mais subjetivos, como a satisfação inherente aos momentos em que os ASE percebem resultados práticos positivos do programa para a comunidade atendida. Da mesma forma, as expressões de gratidão das crianças e adolescentes atendidos reforça esta satisfatória.

Por outro lado, quando as vulnerabilidades e demandas expressas pela comunidade atendida estão aquém das possibilidades de ação dos ASE isso gera frustração e tem prováveis impactos negativos sobre a saúde mental destes trabalhadores. Esse sentimento de frustração, e em alguma medida, de auto responsabilização, por parte dos ASE, sugere que eles não percebem relações diretas entre a precarização das suas condições de trabalho, das políticas públicas em Saúde, e todo um projeto neoliberal em avanço.

FROM SPACES TO PEOPLE: WORKING CONDITIONS AND SATISFACTION OF SCHOOL HEALTH AGENTS IN THE SCHOOL HEALTH PROGRAM OF UBERLÂNDIA-MG

Esmeralda Simonete de Assunção

Mestranda do Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva
Universidade Federal de Uberlândia.
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 3 E – Sala 128
Uberlândia-MG.
E-mail: esmeadv@hotmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0428793647743400>

João Carlos de Oliveira

Doutor em Geografia, Prof Titular da Escola Técnica de Saúde e do Mestrado
Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva
Universidade Federal de Uberlândia.
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 3 E – Sala 128
Uberlândia-MG.
E-mail: oliveirajotaufuestes@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8306771766190744>

ABSTRACT

This article aimed to understand the working conditions and impacts on the health and job satisfaction of School Health Agents, who work directly in schools within the context of the Uberlândia Municipal Health Program. Between June 5, 2025, and June 20, 2025, 21 School Health Agents (SHAs) responded to open-ended questions, made available via Google Forms, addressing working conditions, impacts on physical and mental health, and post-work prospects in the SHA. The responses were analyzed from a qualitative perspective using Thematic Content Analysis, exploring the most recurring themes and elaborations in the participants' responses. The results highlighted the precariousness of resources, emotional, mental, and physical illness associated with work stress, program management, and feelings of powerlessness in the face of the broad and complex demands of the communities served.

Keywords: School health agent. Working conditions. Job satisfaction.

Referências

ALENCAR, M. do C. B. de; MERLO, A. R. C. A saúde em troca da excelência: o sofrimento de atendentes de nutrição de um hospital público acometidos por LER/Dort. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 215-226, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170873>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/fqt6MyMm9Mvx36BLBqGzdLH/?lang=pt#>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ALMEIDA FILHO, N. de. **O que é saúde?** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 160 p.

ALVES, G. Trabalho e estrutura de classes no Brasil: os anos neoliberais. In: NAVARRO, V.L.; PADILHA, V. (org.). **Retratos do Trabalho no Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2009. cap. 1, p.17-35. ISBN 978-85-7078-210-6.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 00, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.030>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cbc3JDzDvxTqK6SDTQzJJLP/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTELLA, C. E. C.. Saúde, doença e cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. M. D'. A. (Org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. p. 25-49. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39209>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BORGES, A. G. **Representações de saúde e trabalho na perspectiva de servidores administrativos de uma prefeitura mineira**. 2022. 86 f. Dissertação (Mestrado em Saúde do Trabalhador). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.602>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36455> acesso em 20 ago. 2025

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto n. 6.286**, de 05 de dezembro de 2007. Institui Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União (DOU), 06 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Caderno do gestor do PSE**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 46p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_gestor_pse_2022.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110p. (Série E. Legislação em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Interministerial Nº 1.055**, De 25 De Abril De 2017. Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações. Disponível em

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html. Acesso em 24 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde. **Passo a passo para adesão ao programa saúde na escola:** Ciclo 2023/2024. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 17p. Disponível em: <https://undimebahia.com.br/wp-content/uploads/2022/12/Passo-a-Passo-Adesao-ao-PSE-Ciclo-2023-2024.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, J.P.X.; BARCELOS, M.; MARTINS, R. L. DEL R. Infraestrutura escolar e recursos materiais: desafios para a educação física contemporânea. **Humanidades & Inovação.** Tocantins, v. 7. n. 10. p. 218-237. ISSN: 2358-8322 Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2917> acesso em 27 ago. 2025.

CASTELLANOS, S. L. V.; FARIAS, C. M. P.. A cultura material escolar nas instituições públicas de ensino primário do Maranhão (1843-1870). **Revista Brasileira de História da Educação,** v. 24, p. e310, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e310> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/8tr4YJjB4TbRmL6BmrNPGxn/?format=pdf&lang=pt> acesso em 07 set. 2025.

CODO, W., GAZZOTTI, A. A. Trabalho e afetividade. In: W. Codo (Dir.), **Educação, carinho e trabalho.** Petrópolis: Vozes, 1999. p.48-59.

CORRÊA, A. F. da S. **As condições de trabalho dos Agentes de Saúde Escolar e suas repercussões na saúde desses profissionais.** 2024. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.252>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/43176> acesso em 20 ago. 2025.

CZERESNIA, D.; MACIEL, E. M.G. de S.; OVIEDO, R. A. M. **Os sentidos da saúde e da doença.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. 119 p.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional,** v.14, n. 54, p. 7-11, 1986.

ESTEVES, M. O. A. **Avaliação da linha de cuidado ao adolescente com sobrepeso e obesidade identificados pelo programa saúde na escola.** Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019 DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2381> Acesso em 24 ago. 2025.

FERNANDES, L. A. et al.. Trajetória dos 15 anos de implementação do Programa Saúde na Escola no Brasil. **Saúde em Debate,** v. 46, n. spe3, p. 13–28, nov. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E301> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bRWTGkFzXmcGCPSJrWm7hbC/?format=pdf&lang=pt> acesso em 08 set. 2025

GOMEZ, C. M.; VASCONCELLOS, L. C. F. de; MACHADO, J. M. H. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1963-1970, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04922018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DCSW6mPX5gXnV3TRjfZM7ks/?lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2025.

HEGENBERG, L. **Doença: um estudo filosófico** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. 137 p. ISBN: 85-85676-44-2. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 07 set. 2025.

KOH, D. Occupational risks for COVID-19 infection [Editorial]. **Occupational Medicine**, Oxford, v. 70, n. 1, p. 3-5, mar. 2020. DOI: 10.1093/occmed/kqaa036. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32107548/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

LACAZ, F. A. de C. et al. O campo Saúde do Trabalhador nos 25 anos da Revista Ciência & Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 4843-4852, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.21292020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/K53bBt9rL5jfQbHcrWSdWMQ/?lang=pt#>. Acesso em: 16 ago. 2025.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultura, v. 1, 1996.

MERHY, E. E. **Reestruturação produtiva e transição tecnológica na saúde**. Orientador: Túlio Batista Franco. 1999. 12f. Dissertação (Mestre em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Unicamp, Campinas, 1999. Disponível em: https://www.professores.uff.br/tuliofranco/wp-content/uploads/sites/151/2017/10/32reestruturação_produtiva_e_transição_tecnológica_na_saúde_emerson_merhy_tulio_franco.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

PMU. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Notícias. **Programa Saúde Escolar de Uberlândia é destaque nacional**. Uberlândia, 8 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2022/04/08/programa-saude-escolar-de-uberlandia-e-destaque-nacional/> acesso em 28 ago. 2025.

PORTO, M. F. de S.; MARTINS, B. S. Repensando alternativas em Saúde do Trabalhador em uma perspectiva emancipatória. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 44, e16, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000019018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsc/a/vCxmBVyCC6ssm4WzPZzt5cR/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2025.

RIBEIRO, B. C., GONGO, C. R.; PEZEZ, K. V. “Não somos máquinas!”: Saúde Mental de Trabalhadores de Saúde no contexto da pandemia covid-19. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 20, n. 48, p. 78-100, mai./ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2021.82617>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/82617/48341>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SALANOVA, M.; GRACIA, F. J.; PEIRÓ, J. M. Significado del trabajo y valores laborales. In: PEIRÓ, J. M.; PRIETO, F. (Eds.). **Tratado de psicología del trabajo**. v. II:. Madrid: Síntesis, 1996. p. 35-63 (Aspectos psicosociales del trabajo). Disponível em:

<https://producciocientifica.uv.es/documentos/6532bf8ec0b4af7ce4e86d3e> acesso em 08 ago. 2025

SCOPINHO, R. A.; OLIVEIRA, F. de; SATO, L. Neoliberalismos, precarização da vida e resistências na América Latina [Editorial]. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, /S.I.]**, v. 23, n. 1, p. i-iii, 2020. DOI: 10.11606/issn.1981-0490. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/176247>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SOUZA, T. S. DE .; VIRGENS, L. S. DAS .. Saúde do trabalhador na Atenção Básica: interfaces e desafios. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 38, n. 128, p. 292–301, jul. 2013. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572013000200016> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsc/a/ZBBvzDsBkJ3vPFhcJrq73G/?format=html&lang=pt> acesso em 07 set. 2025.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. D. L.. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**, v. 41, p. e49377, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469849377> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hhywJFvh7ysP5rGPn3QRFWf/?format=html&lang=pt> acesso em 07 set. 2025.

5- CONCLUSÃO GERAL

A partir das análises fornecidas por este trabalho, pode-se concluir que o Programa Saúde Escolar da Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG é fundamental na promoção da saúde, com os ASE desempenhando um papel crucial em ações preventivas e educativas para crianças e adolescentes em fase escolar sendo que estes profissionais demonstram muito comprometimento e conhecimento em saúde pública, mas enfrentam desafios como sobrecarga e a necessidade de lidar com a complexidade das vulnerabilidades sociais da comunidade escolar.

Enquadramento na linha de pesquisa Saúde do Trabalhador, este estudo foi capaz de promover uma reflexão crítica, embasada em pressupostos científicos, criando subsídios que visam fortalecer o PSE e criar um ambiente de trabalho mais sustentável e satisfatório para os ASE, em consonância com o Artigo 196 da Constituição Federal, que defende a saúde como direito integral.

Concluída a coleta de dados via Formulários Google, que obteve adesão de 21 dos 31 ASE ativos, este trabalho apresentou seus achados em dois artigos. Os resultados foram detalhados em diferentes modalidades: inicialmente, a exposição do perfil sociodemográfico e a análise quantitativa das condições de satisfação do ASE (incluindo Escala Likert) artigo 1, e também pela discussão aprofundada das categorias temáticas, as quais emergiram da análise de conteúdo das respostas abertas e trazem a perspectiva subjetiva dos agentes artigo 2.

Os resultados apresentados no Artigo 1 demonstraram que, embora a maioria dos ASE relatem iniciar suas atividades no âmbito do PSE sem problemas de saúde aparentes, aproximadamente metade deles indicou ter desenvolvido doenças ou agravos em decorrência das funções desempenhadas.

Além das condições objetivas do trabalho, surgiram também fatores subjetivos que impactam a saúde, a qualidade de vida e a satisfação no trabalho desses profissionais: muitos apontaram insatisfação com o plano de cargos e carreiras, falta de incentivos para progressão e remuneração vinculada à promoção, o que compromete a motivação e o bem-estar no exercício das atividades.

Mesmo assim, em termos de realização pessoal e profissional, de satisfação com as atividades do PSE e da percepção de resultados práticos do trabalho realizado, os ASE atribuem avaliações positivas — o que indica um nível razoável de satisfação no trabalho.

Assim, portanto, que os ASE de Uberlândia possuem qualificação elevada, predominância feminina e faixa etária madura, demonstrando envolvimento com a função social que exercem, mas enfrentam desafios significativos: condições de trabalho insuficientes, pouca valorização financeira e adoecimento decorrente da rotina laboral.

No Artigo 2, foram identificados elementos objetivos como excesso de barulho, falta de instalações adequadas e material insuficiente, assim como componentes subjetivos — o reconhecimento do trabalho, a gratidão de crianças e adolescentes atendidos — que influenciam a percepção dos ASE sobre sua saúde e satisfação no trabalho. Por outro lado, quando as demandas da comunidade escolar excedem as possibilidades de ação dos agentes, surge frustração e impacto negativo sobre a saúde mental desses profissionais.

Em síntese, os achados revelam que, tanto fatores objetivos — condições físicas, estrutura, remuneração — quanto subjetivos — reconhecimento, relação com a comunidade — interferem diretamente na satisfação dos ASE, bem como em sua saúde. A partir desses dados, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a correlação entre as variáveis de satisfação no trabalho e os desfechos de saúde entre os ASE, buscando confrontar dados objetivos (mudança dos ASE pra outro setor) com percepções subjetivas de reconhecimento, satisfação e bem-estar.

Os resultados ressaltam a relevância de políticas públicas focadas na valorização profissional, na capacitação contínua e na promoção da saúde dos ASE. O fortalecimento do PSE depende, portanto, do reconhecimento da importância estratégica desses profissionais na integração entre saúde e educação, além da necessidade de aprimorar as condições de trabalho para garantir o bem-estar dos envolvidos.

O fortalecimento do PSE deve também incluir a realização de concursos públicos para renovação das vagas. O presente estudo revelou que a idade média dos ASE no município de Uberlândia-MG está acima de 50 anos, o que aponta para pouca renovação das equipes de trabalho do programa, conforme os servidores se aposentam. Sem a devida renovação dos quadros, os trabalhadores ainda em atividade ficam sobrecarregados, atendendo um número elevado de escolas e turmas. A sobrecarga foi justamente fator apontando como entrave à satisfação no trabalho e está associado à falta de concursos públicos regulares para o cargo de ASE.

Em última análise, os achados deste estudo reforçam a natureza multidimensional da saúde dos trabalhadores e a importância de se considerar tanto fatores objetivos quanto subjetivos na formulação de estratégias que visem à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho dos Agentes de Saúde Escolar.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. do C. B. de; MERLO, A. R. C. A saúde em troca da excelência: o sofrimento de atendentes de nutrição de um hospital público acometidos por LER/Dort. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 215-226, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170873>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- ALMEIDA FILHO, N. de. **O que é saúde?** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 160 p.
- ALVES, G. Trabalho e estrutura de classes no Brasil: os anos neoliberais. In: NAVARRO, V.L.; PADILHA, V. (org.). **Retratos do Trabalho no Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2009. cap. 1, p.17-35. ISBN 978-85-7078-210-6.
- ANDRADE, P. R. O. **O trabalho e seus sentidos: um olhar na perspectiva do aposentado.** 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335–351, maio 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-7330200400020003> Acesso em: 04 dez 2025.
- ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 00, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.030>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cbc3JDzDvxTqK6SDTQzJJLP/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, cap. 2, p. 35-48. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025
- ARAÚJO, S. B. **Educação para o trânsito:** transversalidade nas aulas do ensino fundamental em uma escola pública de Uberlândia/MG. 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2021.
- ASSAIFE, T. F. C. et al. Desafios e potencialidades do Programa Saúde na Escola no município do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**, v. 34 jul. 2024. e34029. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/hvpY74crdf3fbqM5YHjbBDQ/?format=pdf&lang=pt>>. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434029pt> Acesso em 12 ago. 2025.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2021. 281 p.
- BASTOS, J. A. **Servidores, funcionários, terceirizados e empregados:** a babel de vínculos, cotidiano de trabalho e vivências dos trabalhadores em um serviço público. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-10092019-154435/pt-br.php>. Acesso em: 24 ago. 2025.

BATISTELLA, C. E. C.. Saúde, doença e cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. M. D'. A. (Org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. p. 25-49. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39209>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BERGUE, S. T. **Gestão estratégica de pessoas no setor público**. São Paulo: Atlas, 2014.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BORGES, A. G. **Representações de saúde e trabalho na perspectiva de servidores administrativos de uma prefeitura mineira**. 2022. 86 f. Dissertação (Mestrado em Saúde do Trabalhador). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.602>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36455> acesso em 20 ago. 2025

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Saúde. **Decreto n. 6.286**, de 05 de dezembro de 2007. Institui Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União (DOU), 06 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110p. (Série E. Legislação em Saúde).

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Interministerial N° 1.055**, De 25 De Abril De 2017. Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html .Acesso em 24 ago. 2025.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf Acesso em 29 ago. 2025.

_____. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Caderno do gestor do PSE**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 46p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_gestor_pse_2022.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde. **Passo a passo para adesão ao programa saúde na escola: Ciclo 2023/2024**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 17p. Disponível em: <https://undimebahia.com.br/wp-content/uploads/2022/12/Passo-a-Passo-Adesao-ao-PSE-Ciclo-2023-2024.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CABRAL, I. B. V., SILVA, P. H. N. da, SOUZA, D. de O. A precarização do trabalho e saúde do trabalhador: revisão e perspectivas. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 51–65, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2021.25729>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/25729>. Acesso em: 15 ago. 2025.

CARDOSO, A. C.; MORGADO, L. Trabalho e saúde do trabalhador no contexto atual: ensinamentos da Enquete Europeia sobre Condições de Trabalho. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 169-181, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170507>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CARDOSO, M. C. A. Indicadores sobre riscos psicossociais no trabalho. In: SILVEIRA, M. A. (Org.). **Aspectos psicossociais e sustentabilidade em organizações: saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho**. Campinas: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, 2014. p. 129-144.

CARVALHO, J.P.X.; BARCELOS, M.; MARTINS, R. L. DEL R. Infraestrutura escolar e recursos materiais: desafios para a educação física contemporânea. **Humanidades & Inovação**. Tocantins, v. 7. n. 10. p. 218-237. 2020. ISSN: 2358-8322 Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2917> acesso em 27 ago. 2025.

CASTELLANOS, S. L. V.; FARIAS, C. M. P.. A cultura material escolar nas instituições públicas de ensino primário do Maranhão (1843-1870). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 24, p. e310, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e310> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/8tr4YJjB4TbRmL6BmrNPGxn/?format=pdf&lang=pt> acesso em 07 set. 2025.

CHAVES, G. A. S. **Segregação socioespacial e Programa "Minha Casa, Minha Vida": uma análise do Residencial Pequis em Uberlândia-MG**. 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

CODO, W., GAZZOTTI, A. A. Trabalho e afetividade. In: W. Codo (Dir.), **Educação, carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.48-59.

CORRÊA, A.F. DA S. **As condições de trabalho dos Agentes de Saúde Escolar e suas repercussões na saúde desses profissionais**. 2024. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.252>

CREAZZO, G. D.; et. al. O impacto do Programa De Saúde na Escola (PSE) na vida dos estudantes: uma revisão integrativa. The impact of the School Health Program (PSE) on students' lives: an integrative review. **Revista de Epidemiologia e Saúde Pública - RESP**, [S. l.], v. 1, n. 3, 2023. DOI: <https://doi.org/10.59788/resp.v1i3.28>

CZERESNIA, D.; MACIEL, E. M.G. de S.; OVIEDO, R. A. M. **Os sentidos da saúde e da doença**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. 119 p. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415269>

DALDON, M. T. B.; LANCMAN, S. Vigilância em saúde do trabalhador: rumos e incertezas. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 38, n. 127, p. 92-106, jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572013000100012>

DALLACOSTA, M. et. al. Programa Saúde na Escola: desafios e possibilidades para promover saúde na perspectiva da alimentação saudável. **Saúde Debate (online)**. v. 46. n. especial 3. nov. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022e318>

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.14, n. 54, p. 7-11, 1986.

_____. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

_____. Subjetividade, trabalho e ação. **Production**, v. 14, n. 3, p. 27–34, set. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004> acesso em 04 Dez. 2025

ESTEVES, M. O. A. **Avaliação da linha de cuidado ao adolescente com sobrepeso e obesidade identificados pelo programa saúde na escola**. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019 DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2381> Acesso em 24 ago. 2025.

FAITÃO, C. E.; PINHEIRO, L. R. S. Os sentidos do trabalho para servidores públicos de saúde. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 36, n. 136, p. 155-166, dez. 2012. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/136_316.pdf acesso em 04 dez 2025.

FARIA, M.; PEREIRA, B.; SILVA, V. **Análise de dados espaciais dos casos de escorcionismo em Uberlândia**, Minas Gerais. 1. ed. Uberlândia: Editora Colab, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51781/9786586920246>

FERNANDES, L. A. et al.. Trajetória dos 15 anos de implementação do Programa Saúde na Escola no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe3, p. 13–28, nov. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E301> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bRWTGkFzXmcGCPSJrWm7hbC/?format=pdf&lang=pt> acesso em 08 set. 2025

FERNANDO, V. S. O perfil do servidor público na sociedade moderna. **Revista Esmafe**, v. 10, p. 75-106, dez. 2006. Disponível em: <https://revista.trf5.jus.br/index.php/esmafe/article/view/214> acesso em 04 dez 2025.

FERREIRA L.S. **Estudo da iluminação artificial em ambientes hospitalares: projeto luminotécnico do hospital municipal de Paulo Afonso** [Tese de Graduação]. Paulo Afonso, BA: Instituto Federal da Bahia, 2018; 76 p.

FONTANA, R. T.; DE OLIVEIRA, L. W.. O trabalho do servidor público: organização, prazer e sofrimento. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde/[S. l.]**, v. 5, n. 2, p. 79–94, 2017. DOI: <https://doi.org/10.33362/ries.v5i2.736>

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02>>. Acesso em: 18 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>

FONTENELE, R. M. *et al.* Fatores de Vulnerabilidade para o Sofrimento Psíquico Relacionado ao Trabalho de Agentes Administrativos. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde, [S. l.]**, v. 23, n. 2, p. 115-122, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/view/41929-%20p1>. Acesso em: 16 ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6032.2019v23n2.41929>

FRANCO, R. G. S. **Estudo da relação dos casos de asma e bronquite em crianças menores de 5 anos e variáveis meteorológicas no município de Uberlândia (MG)**. 2017. 73 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Educação a distância). E-book. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 8 dez. 2023.

GOMEZ, C. M.; LACAZ, F. A. DE C.. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 797–807, out. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000400002> acesso em 04 dez 2025.

GOMEZ, C. M.; VASCONCELLOS, L. C. F.; MACHADO, J. M. H. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1963–1970, jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04922018> acesso em 04 dez 2025.

GUIMARÃES, G. O. M. **Acidentes de trabalho grave na construção civil de Uberlândia no ano de 2016: repercussões na vida do trabalhador**. 2018. 86 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

HEGENBERG, L. **Doença: um estudo filosófico** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. 137 p. ISBN: 85-85676-44-2. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 07 set. 2025.

KOH, D. Occupational risks for COVID-19 infection [Editorial]. **Occupational Medicine**, Oxford, v. 70, n. 1, p. 3-5, mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1093/occmed/kqaa036>

LACAZ, F. A. C.O campo saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 757-766, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000400003>

LANCMAN, S. et al. **O trabalhar no Programa Saúde da Família:** um estudo em psicodinâmica do trabalho. Inquérito com usuários e profissionais, percepção dos gestores e estudos sobre o trabalho no PSF. Tradução. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea/Consórcio Medicina USP, 2007. Acesso em: 10 out. 2024.

LANCMAN, S.; JARDIM, T. A.O impacto da organização do trabalho na saúde mental: um estudo em psicodinâmica do trabalho. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 82–89, 2004. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i2p82-89>. Acesso em: 10 out. 2024.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. Para o estudo da saúde na sua relação com o processo de trabalho. In: _____ (Org.). **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LOCKE, E. A. **What is job satisfaction? Organizational Behaviour and Human Performance**, v. 4, n. 4, p. 309-336, 1969. DOI: [https://doi.org/10.1016/0030-5073\(69\)90013-0](https://doi.org/10.1016/0030-5073(69)90013-0)

MACHADO, M. D. E. **Nível de motivação e satisfação no trabalho dos servidores públicos municipais na prefeitura de Laguna Carapã-MS**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal da Grande Dourados, Laguna Carapã, 2019.

MAGANHOTO, A. M. S. **Qualidade de vida no/do trabalho dos profissionais da estratégia de saúde da família**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Uberlândia, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47573/aya.5379.2.55.19>

MARRA, M. F. G. **Histórias vivenciadas no Externato Santa Teresinha, 1942-1972**. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2372>

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultura, v. 1, 1996.

MERHY, E. E. **Reestruturação produtiva e transição tecnológica na saúde**. Orientador: Túlio Batista Franco. 1999. 12f. Dissertação (Mestre em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Unicamp, Campinas, 1999. Disponível em: https://www.professores.uff.br/tuliofranco/wp-content/uploads/sites/151/2017/10/32reestruturação_produtiva_e_transição_tecnológica_na_saúde_emerson_merhy_tulio_franco.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAIS, R. **Motivação no serviço público: estudo de caso com os agentes públicos municipais da prefeitura de Monte Azul Paulista**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP) – Universidade Aberta do Brasil, Monte Azul Paulista, 2015.

NAHAS, M. V. *et al.*. Reprodutibilidade de uma escala para avaliar a percepção dos trabalhadores quanto ao ambiente e às condições de trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 34, n. 120, p. 179–183, jul. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572009000200009>.

PADILLA SARMIENTO, S. L.; VILLAMIZAR CARRILLO, D. J.; MOGOLLÓN CANAL, O. M. El trabajador universitario y su salud mental desde el modelo de creencias. **Revista Ciencia y Cuidado**, Cúcuta, v. 15, n. 2, p. 127–139, jul./dic. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22463/17949831.1407>

PEREIRA, I. C.; BANDEIRA, H. M. M.. Práticas educativas de nutricionistas: perspectivas educativas manifestadas no PSE. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe3, p. 142–155, nov. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E310>

PMU. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Saúde. Programas e projetos. **Programa Saúde Escolar**. 2024 (online). Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/saude/saude-escolar/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

PMU. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Secretaria Municipal de Saúde. **Boletim de Vigilância em Saúde**. V 78, n. 78, jul. 2025 (online). Disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2025/08/Boletim-Atendimentos-PSE-1%C2%B0-semestre-2025.pdf> Acesso em: 02 set. 2025.

PORTO, M. F. de S.; MARTINS, B. S. Repensando alternativas em Saúde do Trabalhador em uma perspectiva emancipatória. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 44, e16, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000019018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsc/a/vCxmBVyCC6ssm4WzPZzt5cR/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2025.

RIBEIRO, B. C., GONGO, C. R.; PEZEZ, K. V. “Não somos máquinas!”: Saúde Mental de Trabalhadores de Saúde no contexto da pandemia covid-19. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 20, n. 48, p. 78-100, mai./ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2021.82617>.

SALANOVA, M.; GRACIA, F. J.; PEIRÓ, J. M. Significado del trabajo y valores laborales. In: PEIRÓ, J. M.; PRIETO, F. (Eds.). **Tratado de psicología del trabajo**. v. II:. Madrid: Síntesis, 1996. p. 35-63.

SAMPAIO JUNIOR, M. F. de S.; SILVA, V. M. F.; MORAIS, H. A. Estresse ocupacional dos servidores técnico-administrativos em educação de uma instituição de ensino federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri utilizando o modelo demanda-controle. **Revista Científica Multidisciplinar**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. e25303, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v2i5.303>

SANTOS, I. M. da C. dos. **Condições ergonômicas e de leiaute influentes na satisfação com espaço laboral de servidores públicos:** caso das secretarias de graduação e pós-graduação de uma instituição de ensino superior. 2021. 160p. Orientadora: Laura Bezerra Martins. Dissertação (Mestrado em Ergonomia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ergonomia, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/41668/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20llaine%20Maria%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2025.

SCOPINHO, R. A.; OLIVEIRA, F. de; SATO, L. Neoliberalismos, precarização da vida e resistências na América Latina [Editorial]. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S.l.], v. 23, n. 1, p. i-iii, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i1pi-iii>

SELIGMANN-SILVA, E. Precarização da saúde mental na precarização social e do trabalho. In: SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental:** o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011, cap. 2, p.458-491.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@ Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015. Disponível em: <http://arquivo.revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>. Acesso em: 20 de ago. 2025.

SILVA JÚNIOR S.D.; COSTA F.J. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e *PhraseCompletion*. **PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, São Paulo, Brasil, v. 15, p. 1-16, out. 2014. Disponível em: www.abep.org/Servicos/DownloadPmktCiencia.aspx?id=1501. Acesso em: 14 mar. 2024.

SILVA, L. T. da . et al.. Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: estudo de caso de um município de Minas Gerais, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 29, p. e230431, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.230431>

SILVEIRA V.N.S.; MAESTRO FILHO. A. D. Gestão estratégica de pessoas e desempenho organizacional - uma análise teórica. **Pretexto** [Internet]. 2013 mai 20; 4(1): 71-87. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/pretexto/article/view/1417>. DOI: <https://doi.org/10.21714/pretexto.v14i1.1417>

SOUZA JÚNIOR, M. B. M. de; MELO, M. S. T. de; SANTIAGO, M. E. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. **Movimento**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 29–47, 2010. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.11546>

SOUZA, T. S.de.; VIRGENS, L. S. das. Saúde do trabalhador na Atenção Básica: interfaces e desafios. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 38, n. 128, p. 292–301, jul. 2013. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572013000200016> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/ZBBvzDsBkJ3vPFhcJrq73G/?format=html&lang=pt> acesso em 07 set. 2025.

STREINER, D. *et. Al.*, Health Measurement Scales: A practical guide to their development and use. 5 ed. Oxford Academic. (Oxford, 2014; online ed., **Oxford Academic**, Jan. 2015), Disponível em: <https://doi.org/10.1093/med/9780199685219.001.0001>,

TOMASI, E. et al. Perfil sócio-demográfico e epidemiológico dos trabalhadores da atenção básica à saúde nas regiões Sul e Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. s193-s201, 2008. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/3570/7232> DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008001300023>

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. D. L.. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**, v. 41, p. e49377, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469849377>

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO AGENTES DE SAÚDE ESCOLAR (ASE)

Data: / /2025

1. QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

1.1. Data de nascimento:

1.2. Sexo Biológico:

() Masculino () Feminino

1.3. Estado Civil:

() Casado (a)

() Divorciado (a)

() Separado (a)

() Solteiro (a)

() União Estável

() Viúvo (a)

1.4. Possui filhos? () Sim () Não Se sim, quantos? _____

1.5. Escolaridade quando iniciou sua atuação na Educação Infantil

() Ensino Fundamental 2: 6º ao 9º no (5ª a 8ª série)

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Superior- Graduação Incompleto

() Ensino Superior- Graduação Completo

() Pós-Graduação Incompleto

() Pós-Graduação Completo

1.6. Escolaridade atual

() Ensino Fundamental 2: 6º ao 9º no (5ª a 8ª série)

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio - Completo

() Ensino Superior- Graduação – Incompleto Qual:

() Ensino Superior- Graduação – Completo Qual:

() Pós- Graduação – Incompleto Qual:

() Pós- Graduação – Completo Qual:

1.7. . Indique sua faixa de renda mensal salarial familiar mensal:

() R\$1.000,00 a R\$2.000,00

() R\$2.000,00 a R\$3.000,00

() R\$3.000,00 a R\$4.000,00

() R\$4.000,00 a R\$5.000,00

() R\$5.000,00 a R\$10.000,00

1.8. Número de pessoas no domicílio familiar

() 1 a 2 pessoas

() 3 a 4 pessoas

() 5 a 6 pessoas

() 6 a 7 pessoas

() 8 pessoas ou mais

1.9. Tipo de vínculo atual

() Comissionado (a)

() Contratado (a)

() Efetivo (a)

1.10. Tempo de serviço na prefeitura

() De 0 até 05

() De 05 até 10

- De 11 até 15
- De 16 até 20
- De 21 até 25
- De 26 até 30

- 1.11. Lotação Atual (Secretarias Municipais)
- Administração e Finanças; Gabinete
 - Assistência Social Trabalho e Habitação
 - Desenvolvimento Econômico e Agricultura Familiar
 - Educação
 - Produção Rural e Infraestrutura () Saúde
 - Outros (as)

- 1.12. Quais os planos para o futuro?

- Montar um negócio próprio
- Permanecer na prefeitura
- Procurar um novo emprego
- Antecipar sua aposentadoria
- Outro _____

- 1.13. Quais motivos te levaram a buscar trabalho no setor público?

- Trabalhar pela sociedade
- Salário
- Estabilidade
- Maior qualidade de Vida
- Realização pessoal
- Aposentadoria Integral
- Plano de Carreira
- Horário Flexível

- 1.13. Possuía alguma doença ou problema de saúde adquirido antes do ingresso no PSE?

() Sim () Não

- 1.14. Em caso afirmativo para a questão 1.15., qual doença ou problema de saúde você já possuía quando ingressou no PSE?

- Hipertensão () Sobrepeso
- Diabetes
- Problemas cardíacos () Artrose
- Dores em articulações
- Transtorno de ansiedade
- Desgaste ósseo e/ou em cartilagens
- Desvios da coluna - escoliose, lordose e cifose
- Outras doenças da coluna tais como Ciática, Cervicalgia, Hérnia de Disco ()
- Depressão
- Outros:

- 1.15. Apresenta alguma doença ou problema de saúde adquirido em função das atividades do PSE?

() Sim () Não

- 1.16. Em caso de resposta afirmativa para a questão 1.18., qual, ou quais, problemas de saúde você adquiriu em função das atividades laborais.

- Hipertensão () Sobrepeso
- Diabetes
- Problemas cardíacos () Artrose
- Dores em articulações

() Transtorno de ansiedade

() Desgaste ósseo e/ou em cartilagens

() Desvios da coluna - escoliose, lordose e cifose

() Outras doenças da coluna tais como Ciática, Cervicalgia, Hérnia de Disco ()

Depressão

() Outros:

1.17. Há quanto tempo atua especificamente no Programa Saúde Escolar? (Em anos)

() De 0 até 05

() De 05 até 10

() De 11 até 15

() De 16 até 20

() De 21 até 25

() De 26 até 30

2 – PERCEPÇÃO/SATISFAÇÃO

Nas afirmações abaixo, avalie seu cotidiano de trabalho nas Escolas públicas de Uberlândia, no âmbito do Programa Saúde Escolar. Clique na opção que melhor representa sua percepção para cada item.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

Questões	1	3	3	4	5
5.1. Eu trabalho em um ambiente agradável com boa iluminação.					
5.2. Eu trabalho em um ambiente agradável e com ventilação adequada.					
5.3. É tolerável o nível de ruído dentro do ambiente escolar					
5.4. Recebo apoio técnico por parte da equipe de gestão das escolas e PMU, em relação às capacitações, recursos materiais e didáticos.					
5.5. Disponho de um prazo razoável para resolver as demandas que surgem no ambiente de trabalho.					
5.6. Sinto-me reconhecido (a) pela função que desempenho					
5.7. Percebo que tenho autonomia em meu trabalho					
5.8. Me sinto realizado (a) pessoalmente e profissionalmente					
5.9. A estabilidade no cargo foi um incentivo para a escolha da minha profissão					
5.10. Tenho satisfação na realização das atividades do PSE					
5.11. Minhas atribuições em meu setor estão bem definidas					
5.12. Disponho de um suporte técnico satisfatório (incentivo e auxílio) por parte da equipe escolar para um melhor desempenho do meu trabalho					

5.13. Tenho boas condições de trabalho para o desenvolvimento das atividades (acesso à internet, material necessário etc.)				
5.14. Recebo incentivo, reconhecimento e valorização do meu trabalho, por parte da coordenação das Escolas Públicas de Uberlândia.				
5.15. Recebo uma remuneração condizente com o trabalho que realizo				
5.16. Desempenho uma função bem reconhecida pela sociedade				
5.17. Temos um plano de carreiras atrativo na Prefeitura Municipal de Uberlândia				
5.18. Percebo o resultado prático do trabalho realizado				
5.19. Tenho boa relação com a chefia imediata				
5. 20. Tenho grandes expectativas em relação à aposentadoria				

3. Questões dissertativas

- 1 - Explique quais são suas atribuições e rotina de trabalho no Programa Saúde Escolar
- 2 - Quantas escolas em média, você atende anualmente?
- 3 - Quais eram suas principais expectativas ao ingressar no Programa Saúde Escolar?
- 4 - Quais aspectos do seu cotidiano de trabalho você considera que lhe proporcionam satisfação no trabalho?
- 5 - Quais aspectos do seu cotidiano de trabalho você considera negativos?
- 6 - O que mais te motiva no ambiente de trabalho?
- 7 - Você tem alguma doença, lesão ou comprometimento à saúde que possa estar associado ao dia a dia no trabalho? Em caso afirmativo, qual (ais)?
- 8 - Você tem se planejado para o momento da aposentadoria? Tem alguma noção, ou expectativa, de como será seu cotidiano no pós-trabalho?
- 9 - Como você avalia a importância de seu trabalho para a promoção da saúde e bem-estar dos escolares atendidos pelo PSE?
- 10 - Quais seriam os impactos das atividades que você desempenha no Programa Saúde Escolar para sua saúde mental?
- 11 - Atualmente, que mudanças poderiam representar melhorias nas condições de trabalho dos Agentes de Saúde Escolar?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “**Satisfação no trabalho dos ASE: um estudo do programa saúde escolar da prefeitura de Uberlândia-Mg.**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Esmeralda Simonete de Assunção da Universidade Federal de Uberlândia.

Nesta pesquisa nós estamos buscando conhecer a percepção dos profissionais que atuam Escola Municipal de Ensino Infantil Profa. Edna Aparecida de Oliveira localizado na Rua do Garçom, número 476, Bairro Jardim das Palmeiras, Uberlândia – MG sobre as condições de trabalho, sobre exposição a parasitoses no contato direto com as crianças, riscos e prevenção; bem como verificar a ocorrência de parasitoses entre os trabalhadores da escola. Sua participação não é obrigatória, de forma que pode refletir com calma se deseja fazer parte da pesquisa.

Na sua participação, você responderá a um questionário semiestruturado, que será disponibilizado virtualmente pelo Google Forms. Por se tratar de um questionário eletrônico e sem possibilidade de assinatura física, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido no momento em que clicar no botão: “Li e concordo em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador”. O instrumento será constituído por questões de múltipla escolha sobre o perfil sociodemográfico, formação e atuação profissional, afirmações com uso da escala Likert para medir a percepção por meio do grau de concordância ou discordância.

Em nenhum momento você será identificado (a). Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem na possibilidade de sua identificação, porém todos os cuidados serão observados para que isso não ocorra. As pesquisadoras serão as únicas a ter acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo. A sua identidade não será revelada em nenhum momento. Você será identificado utilizando um código criado aleatoriamente pela pesquisadora sem relação com o seu nome ou quaisquer outros dados seus (sem utilização das iniciais ou outros itens que poderiam identificá-lo).

Os benefícios passíveis de ser alcançado, é a possibilidade de fornecer bASE que poderão nortear algumas propostas de melhoria nas condições de trabalho, que visem contribuir para a satisfação, saúde e o bem-estar no trabalho, tendo-se como ponto de partida identificar as variáveis que influenciam no nível de satisfação no trabalho e possíveis impactos para a saúde. Pretende-se sugerir intervenções mais eficazes e condizentes com a realidade do trabalho dos(as) trabalhadores (as) do Programa Saúde Escolar, considerando-se suas necessidades, habilidades e potencialidades.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, o voluntário poderá entrar em contato com:

➤ **Esmeralda Simonete de Assunção tel.: 34 991765686**

➤ Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres- Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, n.º 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; telefone: (34) 3239-

4131.

➤ O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos conforme resoluções do

Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia (MG), de.....de 2025.

Assinatura dos pesquisadores

Ao clicar no botão abaixo, o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorda em participar, apenas feche essa página no seu navegador”.

() Li e concordo em participar da pesquisa.

ANEXO I – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Titulo da Pesquisa: AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO PROFISSIONAL DOS AGENTES DE SAÚDE ESCOLAR (ASES) NO CONTEXTO DO PROGRAMA SAÚDE ESCOLAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA-MG

Pesquisador: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 87317725.9.0000.5152

Instituição Proponente: PPGAT- MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.560.359

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos documentos Informações Básicas da Pesquisa nº 2512331 e Projeto Detalhado (projetoesmeraldaatualok.docx), postados em 25/03/2025.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar o grau de satisfação dos Agentes de Saúde Escolar (ASEs) vinculados ao Programa Saúde Escolar (PSE) da Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG. Esses profissionais desempenham funções fundamentais na promoção da saúde e bem-estar dos estudantes da rede municipal de ensino, enfrentando desafios como escassez de recursos, sobrecarga de trabalho e ausência de reconhecimento. A pesquisa busca compreender de que forma as condições de trabalho interferem na saúde mental e física desses profissionais e como a gestão pública pode atuar para promover melhorias nesse contexto.

METODOLOGIA

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica	CEP: 38.408-144
Bairro: Santa Mônica	
UF: MG	Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131	Fax: (34)3239-4131
	E-mail: cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 7.560.359

(A) Pesquisa/Estudo - Pesquisa mista com abordagem qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória e descritiva

(B) Tamanho da amostra - A amostragem será não probabilística por conveniência. Considerando o universo estimado de 42 agentes de saúde escolar, a amostra prevista é de aproximadamente 34 participantes, com base em cálculo amostral para 95% de confiança e 5% de erro amostral.

(C) Recrutamento e abordagem dos participantes → O convite será feito exclusivamente pela coordenação do Programa Saúde Escolar, via e-mail funcional. O link do questionário será enviado aos ASE's, com acesso ao TCLE antes de iniciarem a participação. A equipe de pesquisa não terá acesso aos contatos dos participantes.

(D) Processo de consentimento → O Termo de Consentimento será disponibilizado na página inicial do Google Forms. Apenas após a leitura e o aceite (→Li e concordo em participar da pesquisa) o questionário será acessível. Caso o participante não concorde, basta fechar a página sem continuar.

(E) Local e instrumento de coleta de dados / Experimento - O estudo será realizado no município de Uberlândia-MG, por meio de questionário online semiestruturado (Google Forms), contendo questões de múltipla escolha, escala de Likert e perguntas abertas.

(F) Metodologia de análise dos dados - Os dados quantitativos serão analisados com auxílio dos softwares Excel® e SPSS 26.0. A parte qualitativa será submetida à análise de conteúdo, permitindo a identificação de categorias emergentes nas respostas abertas.

(G) Desfecho Primário e Secundário →

Desfecho Primário: A pesquisa espera encontrar o grau de satisfação do agente de saúde escolar com seu trabalho e suas atividades desenvolvidas no dia a dia nas escolas municipais em Uberlândia.

Desfecho Secundário: De acordo com grau de satisfação encontrado na pesquisa, pode se emergir ações eficazes que promovam melhores resultados, refletindo em uma entrega mais

Endereço:	Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica		
Bairro:	Santa Mônica	CEP:	38.408-144
UF:	MG	Município:	UBERLÂNDIA
Telefone:	(34)3239-4131	Fax:	(34)3239-4131
E-mail:	cep@propp.ufu.br		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA



Continuação do Parecer: 7.560.359

efetiva desse trabalho para a comunidade.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO - Serão incluídos no estudo os trabalhadores do Programa Saúde Escolar (PSE) que atuam como Agentes de Saúde Escolar (ASE) em escolas do município de Uberlândia-MG e que assinarem o TCLE.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO - ASEs que não aceitarem participar ou não derem o aceite no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

CRONOGRAMA - Etapa de coleta de dados de 11/05/2025 a 31/07/2025.

ORÇAMENTO - Financiamento próprio no valor total de R\$ 1.740,00. Inclui custos com papel, pen drive, revisão técnica e combustível. A infraestrutura utilizada será da UFU.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO - Analisar o grau de satisfação no trabalho dos agentes de saúde escolar no Programa Saúde Escolar da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

OBJETIVO SECUNDÁRIO - Identificar o perfil sociodemográfico dos ASEs; Investigar a interferência das condições de trabalho na satisfação e Compreender os impactos do trabalho na saúde desses profissionais

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS - Os riscos consistem na possível identificação dos participantes. Porém, os pesquisadores se comprometem a não divulgar dados que possam servir como identificação. Os resultados da pesquisa serão divulgados de forma coletiva. Os pesquisadores serão os únicos a terem acesso aos dados e tomarão todas às providências necessárias para manter o sigilo. Você será identificado utilizando um código criado aleatoriamente pelos pesquisadores sem relação com o seu nome ou quaisquer outros dados seus (sem utilização das iniciais ou outros itens que poderiam identificá-lo).

BENEFÍCIOS - Os benefícios passíveis de serem alcançados é a possibilidade de fornecer bases

Endereço:	Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro:	Santa Mônica
UF: MG	Município: UBERLÂNDIA
Telefone:	(34)3239-4131
	CEP: 38.408-144
	Fax: (34)3239-4131
	E-mail: cep@propp.ufu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**



Continuação do Parecer: 7.560.359

que poderão nortear algumas propostas de melhoria da satisfação no trabalho dos agentes de saúde escolar que visem contribuir para a saúde e o bem estar do trabalhador, tendo se com ponto de partida identificar as variáveis que influenciam na satisfação do trabalho e o que isso pode implicar na saúde desses profissionais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Após a análise do CEP/UFU não foram encontradas pendências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2512331.pdf

projetoesmeraldaatualalok.docx

modeloemail.pdf

tcle.pdf

folhaderosto.pdf

apendice.pdf

lattes.pdf

declaracaoinfraestrutura.pdf

temoequipeexecutora.pdf

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise do CEP/UFU não foram observados óbices éticos nos documentos do estudo.

De acordo com as atribuições definidas nas Resoluções CNS nº 466/12, CNS nº 510/16 e suas complementares, o CEP/UFU manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa.

Prazo para a entrega do Relatório Final ao CEP/UFU: 06/2026

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DE PESQUISA DEVE SER INFORMADA, IMEDIATAMENTE, AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE ÉTICA.

Endereço:	Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro:	Santa Mônica
UF: MG	Município: UBERLÂNDIA
Telefone:	(34)3239-4131
	CEP: 38.408-144
	Fax: (34)3239-4131
	E-mail: cep@propp.ufu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA



Continuação do Parecer: 7.560.359

O CEP/UFU alerta que:

- a) Segundo as Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16, o pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- b) O CEP/UFU poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto;
- c) A aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento às Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16 e suas complementares, não implicando na qualidade científica da pesquisa.

ORIENTAÇÕES AO PESQUISADOR:

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização e sem prejuízo (Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCL), na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado pelo CEP/UFU e descontinuar o estudo após a análise, pelo CEP que aprovou o protocolo (Resolução CNS nº 466/12), das razões e dos motivos para a descontinuidade, aguardando a emissão do parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.

Endereço:	Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica				
Bairro:	Santa Mônica	CEP:	38.408-144		
UF:	MG	Município:	UBERLÂNDIA		
Telefone:	(34)3239-4131	Fax:	(34)3239-4131	E-mail:	cep@propp.ufu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**



Continuação do Parecer: 7.560.359

- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Resolução CNS nº 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro); e enviar a notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) apresentando o seu posicionamento.

- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, destacando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. No caso de projetos do Grupo I ou II, apresentados à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador também deve informá-la, enviando o parecer aprobatório do CEP, para ser anexado ao protocolo inicial (Resolução nº 251/97, item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2512331.pdf	25/03/2025 20:56:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoesmeraldoatualok.docx	25/03/2025 20:56:40	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	modeloemail.pdf	21/03/2025 11:39:21	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	21/03/2025 11:06:14	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	10/03/2025 08:24:39	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	apendice.pdf	09/03/2025 16:28:32	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica	
Bairro: Santa Mônica	CEP: 38.408-144
UF: MG	Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131	Fax: (34)3239-4131
E-mail: cep@propp.ufu.br	

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA



Continuação do Parecer: 7.560.359

Outros	lattes.pdf	06/03/2025 21:26:24	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracaoinfraestrutura.pdf	06/03/2025 21:24:07	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termoequipeexecutora.pdf	06/03/2025 21:22:05	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLANDIA, 11 de Maio de 2025

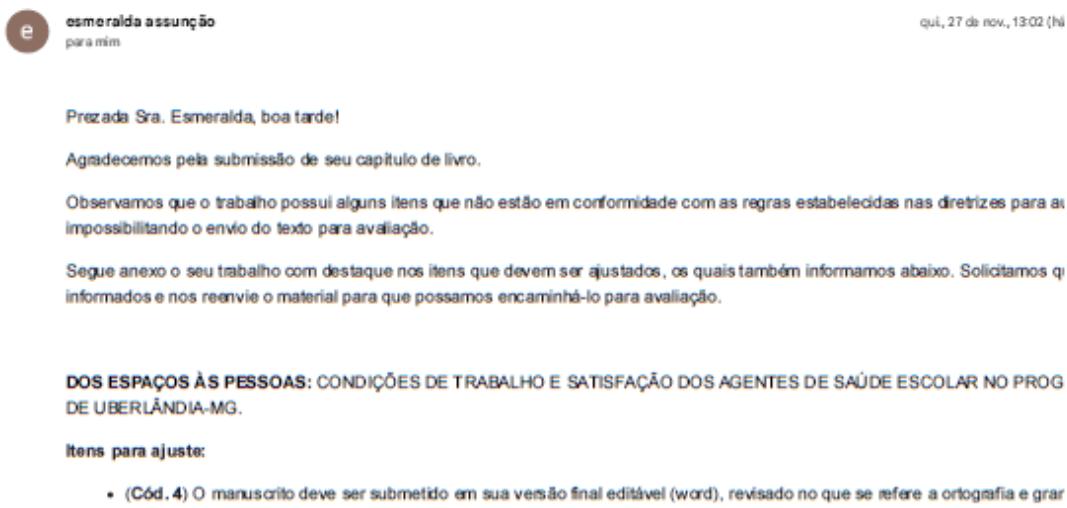
Assinado por:

Eduardo Henrique Rosa Santos
(Coordenador(a))

Endereço:	Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro:	Santa Mônica
UF:	MG
Município:	UBERLANDIA
Telefone:	(34)3239-4131
CEP:	38.408-144
Fax:	(34)3239-4131
E-mail:	cep@propp.ufu.br

ANEXO II – E-MAIL DE ACEITE DO ARTIGO PARA PUBLICAÇÃO PELA EDITORA E-PULICAR

Nos colocamos à disposição em caso de qualquer dúvida e aguardamos pelo seu retorno.

e esmeralda assunção
para mim qui, 27 de nov., 13:02 (h)

Prezada Sra. Esmeralda, boa tarde!

Agradecemos pela submissão de seu capítulo de livro.

Observamos que o trabalho possui alguns itens que não estão em conformidade com as regras estabelecidas nas diretrizes para avaliação, impossibilitando o envio do texto para avaliação.

Segue anexo o seu trabalho com destaque nos itens que devem ser ajustados, os quais também informamos abaixo. Solicitamos que informados e nos reenvie o material para que possamos encaminhá-lo para avaliação.

DOS ESPAÇOS ÀS PESSOAS: CONDIÇÕES DE TRABALHO E SATISFAÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE ESCOLAR NO PROG DE UBERLÂNDIA-MG.

Itens para ajuste:
① • (Cód. 4) O manuscrito deve ser submetido em sua versão final editável (word), revisado no que se refere a ortografia e grama

**ANEXO III – CARTA DE ACEITE PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGO NA REVISTA
FT**



CARTA DE ACEITE

Declaro para devidos fins que o artigo intitulado
**DOS ESPAÇOS ÀS PESSOAS:
 CONDIÇÕES DE TRABALHO E
 SATISFAÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE
 ESCOLAR NO PROGRAMA SAÚDE
 ESCOLAR DE UBERLÂNDIA-MG**

De autoria de:

**Esmeralda Simonete de Assunção
 João Carlos de Oliveira**

Foi aprovado pela Revista
 ft e será publicado na

Edição N° 153 - Volume 29 - Dezembro 2025

Dr. Oston Mendes

Fundador e Editor-Chefe



Revistaft Multicentífica - ISSN:1678-0817 CNPJ:48.728.404/0001-
 22 R. José Linhares, 134 - Leblon - Rio de Janeiro - RJ- Brasil.